

Escola de Sociologia e Políticas Públicas

Departamento de História

Vénus Tunisina. O impacto da Primavera Árabe no estatuto social e político das mulheres na Tunísia - O Artigo 28º, a Lei da Família e o ativismo partidário

Ana Mónica Gomes Pereira Canário

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Internacionais

Orientador(a):

Doutora Ana Mónica da Rola Fonseca,
Professora Auxiliar Convidada, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador(a):

Doutora Ana Isabel dos Santos Figueiredo Pinto
Professora Auxiliar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de
Lisboa

Outubro, 2016

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer à minha família e ao meu namorado por terem aturado noites mal dormidas, desesperos de prazos a cumprir, por ouvirem mil vezes as mesmas coisas e por não me terem despachado para qualquer parte do mundo só com bilhete de ida. Sei que não foi fácil, mas já está!

Em segundo lugar, obrigada aos meus colegas de Mestrado. Foi realmente fantástico entrar nesta aventura com vocês. Em especial, à Soraia e à Catarina por todos os trabalhos de grupo. Obrigada à Marta, ao Rodrigo, à Karen, à Inês, ao David e à Teresa pela companhia nas aulas tardias. Obrigada também à Luciana, à Ana e ao André, companheiros de vida académica desde o primeiro dia.

Escusado será dizer que nada disto teria sido possível se a minha orientadora não me tivesse falado deste Mestrado. Obrigada à Dra. Ana Mónica Fonseca, pela paciência, sabedoria e conselhos neste percurso académico. Agradeço ainda à minha coorientadora, a Dra. Ana Santos Pinto, por todo o tempo despendido com esta dissertação.

Com este Mestrado, eu descobri aquilo que gostava, aquilo que queria e percebi que posso realmente fazer a diferença. Isso só aconteceu porque me deram liberdade para expandir o meu conhecimento. E é por isso que agradeço, do fundo do coração, ao Dr. Luís Nuno Rodrigues, à Dra. Inês Marques Ribeiro, à Dra. Helena Carreiras, ao Dr. Bruno Cardoso Reis, à Dra. Giulia Daniele e ao Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL.

Obrigada Natacha. Foram inúmeras noites em claro ou mal dormidas, férias desperdiçadas, dias de calor insuportáveis, serões com sacos de água quente, parágrafos apagados, puxões de cabelos, dores de cabeça, refeições rápidas, viagens intermináveis até Queijas para podermos terminar a tese a tempo. Obrigada. Não podia ter escolhido melhor parceira para esta aventura.

Quero agradecer a todos os meus amigos e colegas que estudaram comigo nas mais variadas bibliotecas e casas, que desesperaram comigo de madrugada, que me fizeram chá e me arranjaram mantas e me obrigaram a sair de casa uma vez por outra. Esta viagem seria impossível sem esses carinhos.

Por último, obrigada ao meu ex-chefe e aos meus ex-colegas de trabalho, por me deixarem ler artigos na hora de expediente, por me despacharem trabalho para eu chegar às aulas a tempo e por me deixarem tirar férias do dia para a noite por já não conseguir fazer mais diretas.

RESUMO

A Primavera Árabe, enquanto fenómeno económico e social, foi o desencadeador de várias revoltas e manifestações da população do Médio Oriente e Norte de África, levando à queda de regimes ditatoriais, como foi o caso da Tunísia e do Egipto, ou as reformas constitucionais feitas em países como Marrocos e a Jordânia, para que não perdessem as suas monarquias. Desde a queda do governo de Ben Ali em janeiro de 2011, a Tunísia tem tentado afirmar-se como uma democracia, respeitando a liberdade, a igualdade e a justiça, focando-se principalmente em recuperar a sua economia (abalada pela crise mundial e pelo terrorismo que tem afetado o turismo) e em desenvolver e proteger os direitos das mulheres. Um dos países pioneiros da igualdade de género na região, principalmente depois da elaboração do Código de Estatuto Pessoal em 1956, a Tunísia escreveu, em 2014, uma das constituições mais progressistas, sendo apelidada de um exemplo de compromisso entre islamitas e seculares, consagrando a igualdade de género e a liberdade de religião. Esta dissertação tem como objetivo demonstrar a dimensão do impacto da Primavera Árabe no estatuto social e político das mulheres na Tunísia, tendo em conta a nova constituição, a desatualização da Lei da Família face ao contexto atual do país e a emergência do ativismo partidário.

Palavras chave: feminismo, mulheres, participação política, Primavera Árabe, Tunísia.

ABSTRACT

The Arab Spring, as an economic and social phenomenon, was the trigger of several popular revolts and demonstrations in the Middle East and North Africa, leading to the fall of dictatorial regimes, as in Tunisia and in Egypt, or the constitutional reforms made so that countries like Morocco and Jordan did not lose their monarchies. Since the fall of Ben Ali's regime in January 2011, Tunisia has been trying to establish itself as a democracy, respecting freedom, equality and justice, focusing mainly on recovering its economy (shaken by the global crisis and the terrorism that has affected tourism lately) and to develop and protect women's rights. As a pioneer on gender equality in the region, especially after the development of the Personal Status Code in 1956, Tunisia wrote in 2014, one of the most progressive constitutions, dubbed to be an example of compromise between Islamist and secular, enshrining gender equality and freedom of religion. This paper aims to demonstrate the extent of the impact of the Arab Spring in the social and political status of women in Tunisia, taking into account the new constitution, the downgrading of the Family Law in relation to the current context of the country and the emergence of party activism.

Keywords: feminism, women, political participation, Arab Spring, Tunisia.

ÍNDICE DE SIGLAS

- ANC: Assembleia Nacional Constituinte
- AFTURD: Association des Femmes Tunisiennes pour la Recherche sur le Développement
- ATFD: Association Tunisienne des Femmes Démocrates
- CEP: Código do Estatuto Pessoal
- CEDAW: sigla inglesa para Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres
- CPR: Congrès pour la République
- CSOs: Civil Society Organizations (sigla inglesa para Organizações da Sociedade Civil)
- EUA: Estados Unidos da América
- IDH: Índice de Desenvolvimento Humano
- IEST: sigla francesa para Tunisian Strategic Studies Institute
- LTDH: Ligue Tunisienne des Droits de l'Homme
- MONA: Médio Oriente e Norte de África
- NCLT: Conselho Nacional para as Liberdades na Tunísia
- ONG: Organização Não-Governamental
- ONU: Organização das Nações Unidas
- ONAT: Ordre National des Avocats de Tunisie.
- OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte
- RCD: Rassemblement Constitutionnel Démocratique
- SNJT: Syndicat National des Journalistes Tunisiens
- UE: União Europeia
- UGTT: Union Générale Tunisienne du Travail

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	I
RESUMO	III
ABSTRACT	III
ÍNDICE DE SIGLAS	V
ÍNDICE	VII
ÍNDICE DE TABELAS	VIII
1. INTRODUÇÃO	1
2. ESTADO DE ARTE	3
2.1. A TUNÍSIA E A PRIMAVERA ÁRABE	3
2.2. AS MULHERES NA TUNÍSIA.....	7
3. METODOLOGIA	11
4. EVOLUÇÃO CONTEXTUAL	13
5. O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA TUNÍSIA 17	
6. A ANC E A NOVA CONSTITUIÇÃO.....	23
7. A ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL E POLÍTICO DAS MULHERES DEPOIS DA PRIMAVERA ÁRABE: A LEI DA FAMÍLIA, O PROCESSO REFORMISTA E A REPRESENTAÇÃO FEMININA NAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	29
8. CONCLUSÃO	33
9. BIBLIOGRAFIA	37
10. ANEXOS.....	43
11. CURRICULUM VITAE	47

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 10.1.1 – Eleições para a Assembleia Nacional Constituinte de 2011	43
Tabela 10.1.2 - Eleições Legislativas da Tunísia de 2014.	43
Tabela 10.1.3 - Primeira volta das Eleições Presidenciais de 2014.	44
Tabela 10.1.4 - Segunda volta das Eleições Presidenciais de 2014.	44
Tabela 10.2 - Liberdades cívicas e políticas adquiridas pelas mulheres tunisinas.	45
Tabela 10.3 - Associações de mulheres mais relevantes na Tunísia.	46

1. INTRODUÇÃO

*“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.”*¹

A Primavera Árabe², fenómeno socioeconómico que surgiu em finais de 2010 na Tunísia, e se propagou rapidamente pelo Médio Oriente e Norte de África (MONA), veio trazer esperança para a população e instabilidade política e económica à região. As dinâmicas geoestratégicas e as relações internacionais do MONA estão em constante alteração, dependendo da sociedade, do seu voto e de movimentos sociais, religiosos ou outros, para implementar democracias e garantir o bem-estar da sua população. É importante debater-se e refletir-se sobre o contexto da região, na medida em que somos todos afetados, direta ou indiretamente, com as decisões tomadas, não só pelos próprios líderes da região, como pelos líderes ocidentais que, através das suas decisões de política externa condicionam os desenvolvimentos na região.

A designada Primavera Árabe pôs a descoberto as fragilidades dos regimes ditatoriais da região, trouxe ao de cima a força da sociedade civil e a importância da diplomacia e da democracia para a estabilidade de países como a Tunísia. Foi nesse sentido que, para a presente dissertação, e com o objetivo de terminar o mestrado em Estudos Internacionais, decidi focar-me no impacto da Primavera Árabe no estatuto social e político das mulheres na Tunísia tendo em conta três aspetos: o debate sobre artigo 28º da nova constituição tunisina, a desatualização do Código de Estatuto Pessoal (CEP) e da Lei da Família face ao contexto atual do país e a emergência do ativismo partidário na época pós-Ben Ali.

Mas não só de quedas de regimes tratam estas revoltas. A instabilidade política, social e económica da região foi o habitat perfeito para que organizações e grupos terroristas, como é o caso da *Al-Qaeda* e do *Daesh*, se desenvolvessem à margem da lei. Desde estados falhados, sem nenhuma estrutura política e económica, a uma crise migratória só comparável à que existiu durante a Segunda Guerra Mundial, as tensões e conflitos que sucederam à designada Primavera Árabe trouxeram para a Europa e para as suas fronteiras medo, desespero, preocupação, esperança e inúmeros pedidos de ajuda.

Aquando da pesquisa inicial sobre a temática, foi perceptível que, em Portugal, não existe trabalho de investigação académica sobre a Primavera Árabe e, em particular, o seu papel na emancipação da mulher muçulmana. Como tal, a pesquisa debruça-se sobre artigos

¹ Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.

² Segundo Giulia Daniele, Primavera Árabe pode ser definida como *“a process of rupture with the past regimes and with conservative visions, which is still going on throughout different outcomes”* (Daniele, 2014, pp. 16).

internacionais e autores de renome que trabalhassem sobre as mulheres Tunísia de forma a compreender o contexto da desigualdade de género no país.³

Do ponto de vista académico, esta dissertação pretende demonstrar se a Primavera Árabe teve impacto na vida das pessoas, em particular das mulheres tunisinas, e até onde são visíveis essas mudanças. É ainda do interesse académico perceber se poderá ou não estar a acontecer um fenómeno de emancipação feminina na sociedade tunisina, e entender a relevância das mulheres enquanto atores da sociedade civil. Um dos pontos fundamentais desta dissertação é a escrita da nova constituição tunisina e o processo democrático a esta inerente. No entanto, pretende-se demonstrar que o CEP e a Lei da Família poderão estar desatualizados face à constituição adotada em janeiro de 2014.

A presente dissertação divide-se em oito capítulos. O primeiro apresenta o estado de arte, dividido em dois subcapítulos para uma leitura mais fácil e organizada: *A Tunísia e a Primavera Árabe*, onde é possível compreender a importância do contexto social e económico da Tunísia para a Primavera Árabe; e *As Mulheres na Tunísia*, onde se pretende demonstrar a relevância das mulheres durante a Revolução de Jasmim⁴ e no processo democrático do seu país. No terceiro capítulo está presente a abordagem metodológica da tese, enquanto o quarto capítulo se foca na evolução contextual da Tunísia enquanto país, desde a independência da França em 1956 até à fuga do antigo Presidente Zine El Abidine Ben Ali.

O papel da sociedade civil no processo de democratização e A Primavera Árabe enquanto fenómeno de reformas socioculturais e políticas na Tunísia correspondem ao quinto e sexto capítulos, respetivamente. O primeiro demonstra o impacto de se ter uma sociedade civil estruturada organizada num processo de transição democrática, e o segundo foca-se nas alterações que existiram nos primeiros anos após a queda de Ben Ali. É no sétimo capítulo que se pode compreender o que é e qual o papel da Assembleia Nacional Constituinte e o processo de escrita da nova constituição. Antes da conclusão, a dissertação apresenta ainda o oitavo capítulo, onde se aborda o feminismo e o papel da mulher na Tunísia, fazendo referência ao seu estatuto social e político e às reformas em curso, à Lei da Família e à representação feminina em instituições políticas e organizações da sociedade civil.

³ Alguns dos autores mais importante para a presente dissertação são Mounira M. Charrad, Amina Zarrugh, Giulia Daniele ou Valentine M. Moghadam.

⁴ “*The Tunisian revolution has moved on from being described as the most inspiring and outstanding revolt in the Arab world since the beginning of 2011 to a situation where people have experienced deep fragmentations and divisions in relation to what kind of political system, reforms and rights to move toward to*” (Daniele, 2014, pp.16-17).

2. ESTADO DE ARTE

2.1. A TUNÍSIA E A PRIMAVERA ÁRABE

“Tunisia has also been a pioneer in its commitment to women’s rights, which are arguably more respected in Tunisia than in any of the other North African countries”⁵

A Primavera Árabe foi um fenómeno político que ocorreu em alguns países do Médio Oriente e Norte de África, podendo ser descrito como um conjunto de revoltas e protestos populares contra os governos autoritários que levaram à demissão de presidentes e primeiros-ministros, tendo como pilares a promoção da Liberdade, da Dignidade e da Democracia, e transformando as suas políticas, a perspetiva internacional e o conhecimento existente sobre os países e as mulheres muçulmanas.⁶

O objetivo destas contestações populares era a melhoria das condições de vida das populações da região. Tendo em conta esta situação, tanto o Médio Oriente como o Norte de África depararam-se com revoltas populares em quase todos os países árabes: no Egipto, o Presidente Hosni Mubarak foi deposto e fugiu do país; na Líbia, Muammar al-Gaddafi foi morto no decurso da guerra civil que assolou o país, no contexto da qual foi acionada uma intervenção militar externa por parte da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que culminou na queda do regime até então vigente; no Iémen, após vários meses de contestação popular o Presidente Ali Abdullah Saleh resignou ao cargo, transferindo o poder para o seu vice-presidente, Abd Rabbuh Mansur Hadi, dando origem a intensos conflitos internos; na Síria, Bashar al-Assad não abdicou do poder após uma onda de protestos, culminando numa guerra civil e no aparecimento de múltiplos grupos, uns opositores ao regime, outros de orientação religiosa (desde moderados a radicais islâmicos, como o *Daesh* ou o *Jabhat Fateh al-Sham*, e cujos objetivos extravasam o conflito com o regime de Assad), cujas acções violentas se alastram a todo o território⁷; no Bahrain, revoltas populares contra o rei Hamad Bin Isa al-Khalifa e o seu governo terminaram depois da intervenção militar da Arábia Saudita e de outros países do Golfo Pérsico; países como o Kuwait, o Líbano e Omã aplicaram reformas políticas como resposta aos protestos populares; também Marrocos e a Jordânia optaram por reformas constitucionais nas suas monarquias de forma a manterem os seus governos.

⁵ Fawcett, 2013, pp. 139

⁶ Nem todos os académicos que estudam a Primavera Árabe consideram o fenómeno homogéneo ou sequer terminado, podendo ser analisado como um processo ainda em curso.

⁷ Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), a Síria é o país que mais refugiados tem gerado desde 2015 (cerca de 4,6 milhões de pessoas) e depara-se ainda com 8,7 milhões de pessoas internamente deslocadas (*internal displaced people* ou IDPs).

Shelley Deane apresenta três causas que justificam a revolta populacional contra o governo autoritário de Ben Ali: a privação socioeconómica por parte da sociedade tunisina aliada à crise económica mundial de 2008; a corrupção e o abuso de poder por parte das instituições governamentais (e do próprio governo); e a elevada taxa de desemprego jovem. Esta insatisfação populacional originou ondas revolucionárias (umas mais violentas que outras), forçando a intervenção das organizações da sociedade civil no apoio à população no sentido de estabelecer uma ligação institucional com o governo tunisino (Deane, 2013).

Como nos explicam Deane e Mounira M. Charrad e Amina Zarrugh, a Tunísia apresenta, até hoje, todos os indicadores de um caso de sucesso no pós-Primavera Árabe, uma vez que foram muitas as reformas políticas implementadas, designadamente no que diz respeito às questões de género: *“from a ‘politics from above’ to a ‘politics from below’ as women’s groups are making demands upon the state and voicing their concerns in ways that have profoundly influenced the tenor of debates around gender politics in the country”* (Charrad & Zarrugh, 2014, pp. 230).⁸ A atribuição do estatuto “livre” pela primeira vez ao país pelo ranking da Freedom House⁹, em maio de 2015, vem reforçar o objetivo do povo tunisino após a fuga do Presidente Ben Ali para Arábia Saudita a 14 de Janeiro de 2011¹⁰: tornar a Tunísia uma sociedade livre, justa e democrática, sem entraves aos seus cidadãos, sejam homens ou mulheres.

Na sequência da conflitualidade causada pela revolução civil, pela falta de uma estrutura política adequada e pelo colapso da economia, era urgente levar os cidadãos às urnas, eleger um novo Presidente e reorganizar o país. É neste sentido que surge a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), a *Higher Authority for the Realization of the Objectives of the Revolution, Political Reform and the Democratic Transition* e, mais tarde, o Quarteto para o Diálogo Nacional, com o objetivo de organizarem a estrutura política e económica do país, assim como de controlarem o processo eleitoral que iria decorrer em outubro de 2011 (função que coube à *Independent High Authority for the Election*).

Tendo em conta os estudos de caso desenvolvidos por Jason Gluck e por Michele Brandt, *“high or moderate civil society involvement in peace negotiations appears to be strongly correlated with sustained peace in the peace-building phase. (...) The absence of*

⁸ *“Tunisia has pursued change at an unequalled pace, with no other state in transition matching Tunisia’s incremental progress”* (Deane, 2013, pp. 8).

⁹ Fundada em 1941, a *Freedom House* é uma organização norte-americana, sem fins lucrativos, de vigilância independente, dedicada à proteção, manutenção e expansão da liberdade e da democracia no mundo.

¹⁰ Data da Revolução de Jasmim. A Revolução começou no dia 17 de dezembro de 2010 e durante cerca de um mês morreram 338 pessoas e 2147 foram feridas. A população resistiu às forças do regime opressivo de Ben Ali, acusado de corrupção, do aumento das desigualdades sociais e do desemprego e de repressão política (mais tarde, foi também acusado de ter levado da residência oficial objetos de elevado valor histórico e patrimonial para o país), convocando greves e manifestações.

these voices [CSOs] and interests (...) can prove fatal to the agreement in the post-conflict phase” (Gluck & Brandt, 2012, pp. 11-12). A Tunísia foi (e é) um dos países mais afetados pelas mudanças que a Primavera Árabe trouxe, sendo também aquele que mais objetivos concretizados e bem-sucedidos tem: menos de um ano após a queda do regime do Presidente Zine El Abidine Ben Ali, a sociedade civil tunisina apresentava mais 100 partidos políticos registados; mais de 200 publicações criadas entre 2011 e 2012 pelos *mass media* com a disseminação da informação sobre o que acontecia no país; reposição do acesso à internet que tinha sido bloqueado por Ben Ali; convocação de eleições para a ANC em outubro de 2011 (nove meses depois da queda do Governo); e, em 2014, apresentação de uma nova constituição, debatida ao longo de quase dois anos (IRI, 2012). Em parte, este sucesso deve-se ao trabalho desenvolvido por uma sociedade civil organizada, bem estruturada, com objetivos bem definidos e uma capacidade de mobilização pouco comum na região do MONA. O papel da internet e das redes sociais não pode ser menosprezado, dada a rapidez com que os acontecimentos chegavam a todo o mundo e permitindo uma participação mais ativa por parte das gerações mais jovens, bem como da diáspora tunisina e da comunidade internacional.¹¹

De acordo com Francis Fukuyama, a Primavera Árabe pôs fim aos argumentos de que o mundo árabe era excepcional e que aceitava passivamente a ditadura (Fukuyama, 2014). Para o autor, a diferença entre a terceira vaga de democratizações¹² e a Primavera Árabe está no facto de os países do MONA nunca terem tido regimes democráticos instauradas nos

¹¹ A participação em massa da classe média e de académicos e intelectuais ofereceu à Revolução de Jasmim uma maior credibilidade junto das instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a União Europeia (UE) ou a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

¹² Samuel Huntington delimitou três vagas de democratizações: a primeira começou com o sufrágio masculino nos Estados Unidos da América (EUA), em 1820, e terminou por volta de 1926, resultando em 29 democracias (1922 marcou o “*reverse wave*” das transições democráticas com a ascensão ao poder de Benito Mussolini em Itália e em 1942 já só se mantinham 12 democracias); a segunda vaga de democratizações começou com as primeiras vitórias dos aliados durante a Segunda Guerra Mundial, em 1942, e terminou em 1962, culminando num total de 36 democracias (o “*reverse wave*” desta vaga deu-se entre 1960 e 1975, reduzindo o número de regimes democráticos para 30); por último, a terceira vaga deu-se entre as décadas de 1970 e 1980 (“*Catholic Wave*”, dado que três quartos dos países eram predominantemente católicos) e iniciou-se com a Revolução dos Cravos em Portugal, 1974, alastrando-se a Espanha (1975), Polónia, Hungria, às Américas Central e do Sul e às Filipinas, entre outros (os anos 1990 deram o mote ao “*reverse wave*” com o Sudão e a Nigéria a terem dificuldades e falta de apoio no processo de transição). Huntington aponta cinco fatores para a ocorrência desta terceira vaga de democratizações: a) a diminuição da legitimidade dos governos autoritários; b) o desenvolvimento da economia global nos anos 1960 que levou à modernização dos países menos desenvolvidos; c) as alterações na doutrina da Igreja Católica, ao promover as liberdades individuais e condenar o autoritarismo; d) os fatores externos inerentes à propagação da democracia nos EUA, na Comunidade Europeia e na União Soviética; e e) o efeito “*snowball*” ou a Teoria do Dominó: “*if a country lacks favorable internal conditions, however, snowballing alone is unlikely to bring about democratization. The democratizations of countries A and B is not a reason for democratization in country C, unless the conditions that favored it in the former also exist in the latter*” (Huntington, 1991, pp. 16).

seus países, uma vez que antes das ditaduras eram colónias europeias, tornando mais difícil o processo de transição democrática, uma vez que não tinham modelos pelos quais se guiar que correspondessem ao seu contexto socioeconómico, cultural, religioso ou político: *“by 1990, many of the original causes of the third wave had become significantly weaker, even exhausted. Neither the White House, the Kremlin, the European Community, nor the Vatican was in a strong position to promote democracy in places where it did not already exist* (Huntington, 1991, pp. 17).

2.2. AS MULHERES NA TUNÍSIA

*“Women have been central to the events that have shaken Tunisian politics since the Arab Spring in 2010-11. They have played roles as protesters and politicians, activists and academics, journalists and photographers, and whether poor or privileged, urban or rural.”*¹³

Segundo dados da Organização das Nações Unidas (United Nations, 2010), em 1950, a Tunísia tinha uma população de 3,529 habitantes, dos quais 1,771 eram mulheres, com uma taxa de fertilidade (por mulher) de 6,9%. Vinte e cinco anos depois, num total de 5,667 tunisinos, 2,794 eram do sexo feminino e uma taxa de fertilidade de 5,7%. Já em 2000, 4,682 mulheres em 9,458 pessoas, apresentando uma taxa de fertilidade de 2,1%. Em 2009, a taxa de fertilidade por mulher diminuiu para 1,8% e a esperança média de vida do sexo feminino aumentou para os 77 anos (Unicef, 2011).¹⁴ Um relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, referia que o Índice de Desenvolvimento de Género¹⁵ da Tunísia, em 2014, tinha um total de 0,894, colocando o país em 96º lugar (United Nations Development Programme, 2015). As mulheres tunisinas representavam, em 2010, 26% da participação no mercado de trabalho (Unicef, 2011).¹⁶

A esperança média de vida das mulheres tunisinas é relativamente superior à dos homens: 45,1 anos vs. 44,1 anos na década de 1950; 60,6 anos vs. 59,6 anos no final da década de 1970; e 72,2 anos vs. 69,6 anos já nos anos 2000, respetivamente. Relativamente à taxa de iliteracia no sexo feminino, a Tunísia tem vindo a reduzir os seus valores. Em 1980, a faixa etária acima dos 70 anos apresentava 99,8% de mulheres sem qualquer tipo de educação ou formação. Já em 2010, a mesma faixa etária exibia valores na ordem dos 90,4% (United Nations, 2010). Relativamente à taxa de alfabetização na juventude, a Unicef refere que, em 2009, 96% das mulheres e 98% dos homens frequentavam algum tipo de ensino (Unicef, 2011). Desses, 99% das mulheres estavam inscritas no ensino primário (98% no caso dos homens). Dados mais antigos, referentes a 2001 dão conta de 67% inscrições do sexo feminino no ensino secundário, valor acima dos 63% apresentados pelo sexo masculino. O mesmo relatório afirma que, em 2009, as universidades tinham cerca de 42% de mulheres inscritas.¹⁷

¹³ Charrad & Zarrugh, 2013.

¹⁴ Os homens apresentavam uma esperança média de vida, em 2009, de 73 anos (Unicef, 2011).

¹⁵ Num total de 138 países, este índice avalia a participação da força de trabalho, a realização educativa e da representação parlamentar, a saúde reprodutiva, a fertilidade adolescente e a mortalidade materna e varia entre 0 e 1, sendo que 0 corresponde a “muito baixo” e 1 a “muito alto”.

¹⁶ Os homens representavam 71% da participação no mercado de trabalho. Os dados apresentados dizem respeito a pessoas com idade igual ou superior a 15 anos (Unicef, 2011).

¹⁷ Relativamente aos homens, o relatório afirma só ter 27% de inscrições em universidades (Unicef, 2011).

Um estudo comparativo entre países árabes desenvolvido pela Freedom House, em 2009, classificou a Tunísia em primeiro lugar no que diz respeito aos direitos das mulheres e à sua opinião política e cívica (Charrad & Zarrugh, 2013). Ao longo da pesquisa desenvolvida para esta dissertação, são visíveis três razões transversais para a falta de inclusão das mulheres na generalidade dos países árabes, em especial na esfera pública: a persistência e enraizamento de uma estrutura patriarcal na sociedade; a iliteracia entre o sexo feminino; e o fraco desenvolvimento das organizações da sociedade civil. No entanto, nos últimos anos, tem-se assistido a um fenómeno significativo: quando um Estado entra em rutura, as mulheres unem-se aos homens e assumem posições na linha da frente. Eman Hashim referiu isso, em 2012, acrescentando que “*when it became so bloody that it was really hard for women to be in the front row, men knew that women were waiting meters away, with medicine, water, and words of support*” (Hashim, 2012).

Esta relevância do papel da mulher é referida, em 1955 por Maurice Duverger: “*woman’s suffrage is probably a most important reform; if its short-term political results are small, its long-term educational value seems to be great. It is probably still more important to fight against the deeply-rooted belief in the natural inferiority of women*” (Duverger, 1955, pp. 130). As mulheres, no geral, deparam-se com inúmeros obstáculos e desafios impostos pelos seus próprios governos. Na Tunísia, a solução para ultrapassar essas adversidades passa, muitas vezes, pelo apoio financeiro, burocrático e logístico de programas internacionais de *empowerment* de mulheres.¹⁸ No entanto, o excesso de burocracia e de profissionalização, que não é possível adquirir sem instrução e formação, impede que mais programas do género sejam implementados ou bem-sucedidos.

A Tunísia, desde a independência (1956), é um Estado secular de maioria islâmica sunita que não se rege pela lei da Sharia.¹⁹ As diferenças de género (em particular as diferenças salariais entre homens e mulheres e os casos das mães solteiras que são mal vistas na sociedade tunisina, entre outros) são, contudo, uma constante e muito evidentes quando comparadas com países ocidentais. No entanto, a Tunísia é um dos países do MONA com maior abertura e mais liberdade para o sexo feminino, sendo considerada pioneira nas liberdades e direitos concedidos às mulheres ao longo dos anos (Charrad, 2007).

¹⁸ A maioria dos programas de *empowerment* de mulheres na Tunísia financiados pela União Europeia estão integrados na Política Europeia de Vizinhança (como é o caso do Spring Forward) e nos acordos EUROMED.

¹⁹ A lei da Sharia é o sistema legal do Islão. Deriva tanto do Corão (texto central do Islão) como das *fatwas* (decisões dos académicos islâmicos). A lei da Sharia atua como um código de vida que todos os muçulmanos devem cumprir, incluindo orações, jejum e doações para os mais pobres. Tem como objetivo ajudar os muçulmanos a entender como devem conduzir todos os aspetos das suas vidas de acordo com a vontade de Deus. Aplicando a lei da Sharia, Estado e religião não se dividem e atuam como um só. Nem todos os muçulmanos são a favor desta lei.

As diferenças de género (*gender gap*), segundo Pippa Norris e Ronald Inglehart (Norris & Inglehart, 2003), podem ser explicadas por um ou mais fatores, de acordo com o contexto do país: estruturais (i.e. idade, nível de educação, estatuto socioeconómico), culturais (i.e. atitudes, valores) ou de agenciamento (i.e. mobilização através de *networks* ou de organizações). Tanto Norris como Inglehart afirmam que a exceção à regra acontece quando se observa o ativismo de protesto, uma vez que a diferença de género em sociedades pós-industrializadas tem tendência a desaparecer (ou a estar menos acentuada) dado o controlo que existe na aplicação de políticas de uniformização do papel do homem e do papel da mulher.

A atual constituição da Tunísia entrou em vigor a 26 de janeiro de 2014, mas o CEP e a Lei da Família remontam à década de 1950.²⁰ Quando criado, em 1956 (logo após a independência da Tunísia e três anos antes da primeira constituição), o CEP tinha em vista um conjunto de leis que definiam o estatuto e a condição da mulher na esfera privada. A Lei da Família, consagrada no CEP, deveria garantir à mulher direitos sobre o património do marido e sobre os seus filhos em caso de divórcio, morte do companheiro, poligamia ou sobre o seu próprio espólio adquirido antes do casamento (Code du Statut Personnel, 1956). Estes instrumentos de regulamentação dos direitos das mulheres estão, atualmente, em colisão com a nova constituição, uma vez que continuam a impedir a mulher de ter alguns direitos políticos, económicos, sociais e culturais, sendo que o mais contraditório de todos, para o meio académico, refere-se à proibição das mulheres muçulmanas em casarem com homens não-muçulmanos (os homens muçulmanos são livres de casar com mulheres de outras religiões).

Mounira M. Charrad e Amina Zarrugh são duas das académicas que mais têm analisado a importância do CEP para as mulheres tunisinas. Para as autoras, *“the CPS was part and parcel of an overall strategy of state building that targeted patriarchal networks, clans, and tribal groups. At the same time as they promulgated the CPS, members of the postcolonial leadership also abolished collective property that had been key to tribal networks, created a new form of administration throughout the territory by ignoring tribal allegiances, and advanced a discourse that was unabashedly anti-tribal. An inherent part of the project to create a national state that stood above local, kinship, sect or community loyalties, reforms of personal status law aimed to generate a new form of citizenship in which individual allegiances went to the nation-state”* (Charrad & Zarrugh, 2013, artigo sem paginação).

A Tunísia tem assistido à mobilização das massas, a uma expressão do ativismo partidário, onde não conta apenas a opinião masculina. As mulheres têm demonstrado interesse e conhecimento pela política, apelando à Lei da Paridade para terem uma

²⁰ A lei da Família é considerada por Asma Khadar como a única oportunidade de liberdade e respeito pelos direitos das mulheres nos países árabes, principalmente os de maioria muçulmana (Khadar, 1996).

oportunidade de se destacar. Esta lei foi implementada, em abril de 2011, pela Alta Autoridade, de forma a ser utilizada nas eleições para a ANC em outubro do mesmo ano, onde as mulheres obtiveram 27% dos assentos parlamentares.²¹

É de referir ainda a importância dos *mass media* na luta pela igualdade de género na Tunísia, em parte graças à sua libertação da censura: desde 2011, Lilia Labidi refere que “*the media (...) have been able to discuss the various forms of violence done to women*” (Heideman, Rostad & Drumheller, 2013, pp. 26). Na mesma publicação em comemoração do Dia Internacional da Mulher, Labidi, demonstra como é importante o papel da imprensa e a forma como esta anuncia a mulher. A antropóloga foca o seu argumento na imolação por fogo (grande parte das mulheres muçulmanas que cometem os chamados crimes de honra, lançam fogo a elas próprias ou enforcam-se, sendo que as alternativas passam pelo apedrejamento em praça pública, fuzilamento, violação, decapitação, prisão, entre outros) como uma das principais causas de morte por desonra à família.²²

²¹ Segundo dados do relatório da União Interparlamentar (UPI), a média mundial de mulheres nos parlamentos até dia 1 de janeiro de 2015 era de 22,1%. A Lei da Paridade exige um mínimo de 33% de cada um dos sexos (Inter-Parliamentary Union, 2015).

²² A noção de crime de atentado ao pudor para as sociedades do Médio Oriente e Norte de África pode passar pela violação de mulheres. “*Yet there has been little discussion of the implications of events involving women’s political mobilization, such as the massive demonstration of women, both younger and older, who came out on the streets of the capital city Tunis on October 2, 2012 to protest the appearance before a judge of a young woman accused of ‘violation of decency’ (atteinte à la pudeur) – when she had, in fact, been raped by two policemen*” (Heideman, Rostad & Drumheller, 2013, pp. 26). Estes crimes nem sempre são denunciados às autoridades policiais por medo de represálias e pela falta de imparcialidade no seu tratamento. Aqueles que chegam à justiça, enfrentam muitas vezes uma sociedade baseada no sistema patriarcal, uma vez que, em 2010, a Freedom House dava conta de que apenas 27% dos juízes e 31% dos advogados seriam do sexo feminino (Unicef, 2011).

3. METODOLOGIA

As mulheres, enquanto fenómeno de emancipação resultante da Primavera Árabe, estão atualmente no epicentro das dinâmicas do processo político. No caso das sociedades muçulmanas, é comum afirmarmos que existe um problema de género, uma vez que um dos géneros (neste caso o feminino) não é reconhecido como pleno membro da sociedade no que diz respeito à igualdade de direitos e deveres. No entanto, esta falta de reconhecimento torna a questão num problema social.

Esta dissertação pretende, assim, responder à pergunta de partida - *Qual o impacto da Primavera Árabe no estatuto social e político das mulheres na Tunísia? - O Artigo 28º, a Lei da Família e o ativismo partidário* -, focando-se, para tal, na explicação de seis objetivos: a) analisar protestos da sociedade civil e momentos relevantes no processo de democratização da Tunísia; b) compreender o impacto da Primavera Árabe enquanto fenómeno provocador de alterações socioculturais e a dimensão da Revolução de Jasmim na Tunísia; c) perceber quais as implicações que a Primavera Árabe teve e ainda tem na vida das mulheres tunisinas enquanto atores sociais; d) conhecer a nova Constituição da República da Tunísia e a sua referência às mulheres; e) compreender o impacto político da Primavera Árabe na formação da Assembleia Constituinte e na representação de mulheres em instituições políticas ou de relevo nacional (partidos, associações, organizações) – Lei da Paridade; e f) perceber o que é a Lei da Família, a sua importância e quais as alterações que esta tem sofrido graças ao processo reformista em curso desde a Revolução de Jasmim (2011).

O espaço temporal desta dissertação compreende o contexto imediatamente anterior ao início da Revolução de Jasmim, 17 de dezembro de 2010, e a promulgação da nova constituição em janeiro de 2014.

Tendo em conta que a questão de partida aqui apresentada é sobre um só país e usando o quadro de análise comparativa de Landman, o estudo de caso de carácter qualitativo é a estratégia metodológica mais adequada para proceder com a pesquisa e desenvolvimento da presente dissertação.²³ A escolha da Tunísia enquanto estudo de caso prende-se com o seu aparente sucesso na transição democrática e na resiliência do seu povo em ultrapassar os problemas socioeconómicos adjacentes à situação contextual do país.

A pesquisa foi elaborada com recursos às bases de dados académicas nacionais e internacionais (SCOPUS, SciELO, RCAAP, B-ON, entre outras) entre o abril de 2015 (início da pesquisa com o objetivo de definir a questão de partida e estudar a situação atual do Médio Oriente e Norte de África tendo em conta os acontecimentos diários referentes à Primavera Árabe) e junho de 2016 (ao longo da pesquisa, foi necessário recorrer diversas vezes às bases

²³ Landman, 2003.

de dados com o intuito de recolher mais informação e complementar o conhecimento descrito na dissertação), sendo que as fontes utilizadas foram, na sua totalidade, secundárias: artigos científicos, notícias, relatórios, rascunhos da constituição e a nova Constituição da República da Tunísia, livros ou capítulos de livros. As fontes utilizadas são posteriores a 2011, salvo algumas exceções de livros ou artigos científicos necessários para complementar a parte teórica da dissertação.²⁴

Esta dissertação foca-se em vários conceitos-chave: participação política; Primavera Árabe e condição da mulher. De acordo com Gianfranco Pasquino, a participação política pode ser definida como “*o conjunto de ações e de comportamentos que aspiram a influenciar de forma mais ou menos direta e mais ou menos legal as decisões dos detentores do poder no sistema político ou em organizações políticas particulares, bem como a própria escolha daqueles, com o propósito de manter ou modificar a estrutura (e, conseqüentemente, os valores) do sistema de interesses dominante*” (Pasquino, 2010, pp.74). A definição de Primavera Árabe não é consensual na literatura, tendo-se optado pela identificação de um fenómeno em constante alteração. Ainda assim, pode apresentar-se como o colapsar de vários regimes do Médio Oriente e Norte de África por causas económicas, sociais e políticas, tendo em conta os regimes autoritários que governaram a região durante décadas. Deveu-se, na sua maioria, a revoltas populares e ao apoio político às iniciativas de democratização, designadamente da União Europeia e dos Estados Unidos da América. Por último, esta dissertação foca-se no conceito de condição da mulher, compreendendo para isso as noções de estatuto social e político, liberdades cívicas, representação da imagem da mulher nos *mass media*, emancipação, educação e estado civil.

É necessário ainda frisar a importância e relevância que alguns autores tiveram durante a pesquisa e a escrita da presente dissertação: Amina Zarrugh; Andrea Khalil; Giulia Daniele; Louise Fawcett; Margot Badran; Mounira M. Charrad; Shelley Deane; Valentina M. Moghadam.²⁵

²⁴ A Constituição e os rascunhos utilizados são traduções inglesas dos originais.

²⁵ Os autores aqui apresentados encontram-se por ordem alfabética e não por ordem de relevância.

4. EVOLUÇÃO CONTEXTUAL

Situada no Norte de África e com capital em Tunis, a Tunísia caracteriza-se pela sua singularidade no conjunto de países da região em que se insere, uma vez que é um Estado secular muçulmano de maioria sunita e com uma república parlamentar instaurada. Mais de 90% do povo tunisino pratica a religião islâmica e a língua oficial do país é o árabe. Uma pequena minoria fala ainda bérbere, sendo que o francês é muito utilizado para negócios e ao nível académico. A Tunísia apresenta uma taxa de crescimento anual de 0,2%, sendo que 67% da sua população vive nas grandes áreas urbanas.²⁶

Quando comparada aos restantes países do Norte de África, a Tunísia exhibe uma repartição social equilibrada, com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,721 (alto), o equivalente ao 96º lugar entre 187 países.²⁷ Com alguns problemas sociais e económicos, normais de um Estado em transição democrática, a queda do regime de Zine El Abidine Ben Ali pautou-se por grandes manifestações, greves e insegurança, quebras na produção e no investimento e um abrandamento do movimento turístico, um dos principais pilares do PIB tunisino. Apesar da diversificação da economia com o aumento da importância da indústria e dos serviços no PIB da Tunísia, é ainda notória a relevância da agricultura, do petróleo e dos fosfatos no país (entre 10% a 14% do PIB, dependendo do clima e das colheitas).²⁸ Com 162.155 km², 11,11 milhões de habitantes e um PIB de 43,02 mil milhões de dólares, o país foi o catalisador da Primavera Árabe e o único que apresentava, até 2015 e apesar de alguns problemas, uma estabilidade económica e social para prosseguir com a transição para a democracia.²⁹

Primeiro sob domínio colonial francês e de seguida com a imposição de duas ditaduras, a Tunísia desenvolveu a sua sociedade civil de forma clandestina e com o apoio da diáspora. Durante o período colonial (1881-1956), a resistência civil contra os franceses, ativa desde a Segunda Guerra Mundial, existiu ilegalmente através de redes de associação informais que as autoridades tentavam reprimir e anular. Quando se deu a independência da Tunísia, em 1956, o país encontrava-se em clima de revolta e Habib Bourguiba e a União Geral de Trabalhadores da Tunísia (UGTT³⁰) juntaram-se ao povo tunisino com o intuito de libertá-lo

²⁶ Dados do site *Trading Economics* relativos a junho de 2016. Deve considerar-se que, em processo de transição democrática, a maioria dos países não costuma registar um crescimento económico acentuado (*Trading Economics*, 2016).

²⁷ Dados de 2014. O IDH varia entre 0 e 1, sendo que 0 corresponde a “muito baixo” e 1 a “muito alto” (*United Nations Development Programme*, 2015).

²⁸ Esta diversificação foi implementada de maneira a combater as graves secas que ocorrem na região e para criar uma maior resistência às crises externas e internas.

²⁹ Banco Mundial, dados de 2015.

³⁰ *Union Générale Tunisienne du Travail*.

de França.³¹ Após a ascensão ao poder, Bourguiba limitou e enfraqueceu a ação das organizações da sociedade civil (CSOs)³², através do controlo dos movimentos sociais e do ativismo partidário, oprimindo violentamente aqueles que ousassem defender um governo mais respeitador dos direitos das mulheres, considerando-as uma ameaça aos seus objetivos políticos. Ao mesmo tempo, o primeiro Presidente da Tunísia tentou sempre assimilar valores tidos como ocidentais de forma a afastar a comunidade internacional do autoritarismo que imperava dentro das fronteiras tunisinas (Baker, 2015).

O golpe de Estado orquestrado por Zine El Abidine Ben Ali, em 1987, trouxe mais repressão para com as CSOs, apesar da adoção de certos valores tidos como liberais ocidentais. A partir de 1998, o seu mandato na presidência tunisina dificultou-se com as inúmeras greves de fome contra as medidas tomadas. É nesse contexto que surge uma organização não-governamental (ONG) considerada pelo ilegal governo: o Conselho Nacional para as Liberdades na Tunísia (NCLT³³ na sigla inglesa).

No período pós-revolução, a Tunísia viu-se à beira de uma guerra civil, sem uma estrutura política estável e que tendia a afetar a economia e a sociedade³⁴, emergindo movimentos religiosos extremistas, com ambições de implementar a lei da Sharia. Era urgente levar o país às urnas, não sem antes dismantelar as organizações e instituições inerentes ao *Rassemblement Constitutionnel Démocratique* (RCD), partido formado por Ben Ali. Fouad Mebazaa foi o Presidente da República imediatamente eleito pelo Conselho Constitucional para guiar a Tunísia no período após a demissão de Mohamed Ghannouchi e a eleição de Moncef Marzouki pela ANC.

A Tunísia é considerada um caso de sucesso, tendo sido o catalisador da revolução e o país até agora mais bem-sucedido na pós-Primavera Árabe. A 17 de dezembro de 2010, Mohamed Bouazizi, 26 anos, imolou-se numa rua de Sidi Bouzid após ter sido humilhado publicamente pela polícia. Bouazizi era vendedor ambulante desde criança e, dado a crise económica que se vivia na Tunísia e a dificuldade que tinha em pagar a renda para poder continuar a trabalhar como vendedor nas ruas, viu o seu carro de frutas confiscado. Bouazizi foi ainda humilhado e agredido pelas forças policiais. A sua morte acabou por se tornar no símbolo maior da revolta árabe de 2011.

Na Tunísia, o antigo Presidente Ben Ali foi acusado de inúmeros crimes, entre eles “*self-legitimization through discreetly fraudulent elections*”, “*relatively successful economic policy*”,

³¹ As CSOs que participaram na revolução de 1956 mantiveram-se sempre ativas na sociedade tunisina.

³² Daqui em diante, a sigla inglesa CSO será utilizada quando houver referências às organizações da sociedade civil.

³³ *National Council for Liberties in Tunisia* (NCLT).

³⁴ Em março de 2012, a taxa de desemprego atingia os 18% e no verão do mesmo ano, cerca de 170 empresas declararam falência (Financial Times, 2012; Bloomberg, 2012).

“*preservation of many of the liberal elements of the original constitution*”, “*use of state-funded think-tank The Tunisian Strategic Studies Institute (IEST) to ‘engineer his own brand of democracy’*” e ainda “*to maintain an illusion of legitimate leadership*” (Baker, 2015, pp.32-33).

O descontentamento com as políticas adotadas por Ben Ali, a corrupção do seu governo e da sua família, a elevada taxa de desemprego jovem³⁵ e a forte e estruturada sociedade civil, revoltada com a subjugação exercida pelo regime autoritário, foram o ponto de partida para uma revolução sem precedentes no país. A 11 de janeiro de 2011, a UGTT apelou a marchas pacíficas um pouco por todo o território, ao que se seguiram várias greves gerais. Ben Ali apareceu na televisão estatal dia 13 do mesmo mês, fazendo concessões à oposição e prometendo não se recandidatar à presidência no fim do seu mandato, ao mesmo tempo que lamentava a morte dos protestantes e ordenava às forças policiais que parassem com os atos de violência.³⁶ A maior greve geral deu-se no dia 14, trazendo para a rua milhares de pessoas e culminando com a fuga do Presidente Zine El Abidine Ben Ali para a Arábia Saudita.³⁷

A Tunísia, tal como mais tarde o Egito, mobilizou a sua população no período revolucionário após a queda do regime de Ben Ali. A UGTT, enquanto maior sindicato³⁸ do país, teve um papel preponderante, dando sentido à Revolução de Jasmim e apoiando a população na luta pelos seus direitos. Dada a estrutura e organização deste sindicato, as novas associações, uniões e sindicatos afirmam não conseguir competir com a UGTT e apontam três fatores para tal: a) a história, o legado e a credibilidade da UGTT, definindo-a como um ator essencial no projeto de desenvolvimento nacional; b) o elevado número de membros inscritos, recursos financeiros, a sua extensão geográfica e a capacidade de mobilização dos seus associados; e c) a falta de pluralismo político durante o autoritarismo, tornando a UGTT num importante aliado do governo e da sociedade civil, uma vez que fazia a ponte entre as negociações (Bishara, 2014). Ainda assim, Bishara afirma que existem mais duas uniões sindicais legalizadas que podem competir com a popularidade da UGTT, dado que oferecem outras alternativas: a Confédération Générale des Travailleurs Tunisiens (CGTT) e a Organisation Tunisienne du Travail (OTT).

³⁵ Segundo dados do site *Trading Economics* referentes a junho de 2016, a Tunísia tem, atualmente, uma taxa de desemprego bastante alta (mais de 15%, sendo que o desemprego jovem ultrapassa os 30%).

³⁶ O mandato de Zine El Abidine Ben Ali terminava em 2014.

³⁷ No fim da sua presidência, Zine El Abidine Ben Ali e a sua família controlavam um terço da economia do país.

³⁸ Antes da queda do regime de Ben Ali, em 2011, a UGTT tinha cerca de 350.000 membros. Após a Primavera Árabe, e depois da inclusão dos trabalhadores sem contratos a termo, apresentava 700.000 membros inscritos (Bishara, 2014).

Dada a experiência da UGTT em negociações, a união foi chamada a reunir com os vários partidos do governo para fazer parte do processo de transição democrática. O seu desempenho no Quarteto Nacional foi, até à data, a sua ação sindical mais importante. De acordo com Bishara (2014), mesmo com algumas reservas, os partidos respeitaram a UGTT e confiaram nas suas ações durante o processo de democratização (mais à frente falarei sobre o papel do Quarteto Nacional, em particular da UGTT, no *Road Map* que levou à resignação do Ennahda e à conclusão da constituição de 2014).

5. O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA TUNÍSIA

“The men and women marching for democracy were all the children and grandchildren of women who had grown up with an education and a sense of their rights”³⁹

Um processo de democratização⁴⁰ necessita de várias condições políticas (sufrágio universal, liberdade de organização e de expressão, existência de fontes alternativas de informação, entre outras) e económicas (compreender, por exemplo, a existência de uma relação causa/efeito de forma a poder conter desigualdades que surjam no decorrer do processo) (Pasquino, 2010). Gabriel Almond e Sidney Verba referiram, em 1963, que a cultura civil é essencial à ordem democrática, da mesma forma que Larry Diamond explicava a relação entre as elites políticas e o público, tendo em conta que estas elites são indispensáveis para trazer a democracia e torná-la funcional, dado que não conseguem atuar sozinhas (Almond & Verba, 1963; Diamond, 1997). Já Robert Putnam afirmava que o debate da sociedade civil se estende para lá do campo político e das organizações cívicas, uma vez que tem a ver com as dimensões da interação humana que contribuem para a conceito de comunidade desenvolvido pelo indivíduo (Putnam, 2000).

De acordo com a definição do Banco Mundial, *“the term civil society is to refer to the wide array of non-governmental and not-for-profit organizations that have a presence in public life, expressing the interests and values of their members or others, based on ethical, cultural, political, scientific, religious or philanthropic considerations”* (The World Bank, 2016, site sem paginação). Para Berman, a sociedade civil é composta por associações voluntárias que estabelecem a ligação entre o Estado e as famílias, defendendo os direitos dos segundos tendo em conta os interesses do primeiro, com o objetivo de criar novas estruturas e enquadramentos a nível institucional que possam moldar a participação cívica da população (Berman, 2009). A esta composição de associações, o Banco Mundial apelida de organizações da sociedade civil, definindo como *“a wide array of organizations: community groups, non-governmental organizations (NGOs), labor unions, indigenous groups, charitable organizations, faith-based organizations, professional associations, and foundations”* (The World Bank, 2016, site sem paginação).

³⁹ Chambers & Cummings, 2014, pp. 28.

⁴⁰ *“Democratization is best understood as a complex, long-term, dynamic, and open-ended process. It consists of progress towards a more rule-based, more consensual and more participatory type of politics. Like ‘democracy’ it necessarily involves a combination of fact and value, and so contains internal tensions. (...) However, although the resulting processes of democratization may be lengthy, erratic, and contested, they should generate quite enough evidence to confirm their existence. (...) Democratization is a process of movement towards an outcome that is neither fully stable nor entirely predetermined”* (Whitehead, 2002, pp. 27-32).

Em 1995, o Processo de Barcelona⁴¹ (que mais tarde viria a culminar na Política Europeia de Vizinhança) pedia aos governos dos países signatários do MONA uma maior liberdade de associação política e civil, respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades cívicas da sua população, beneficiando assim de paz e estabilidade social. No entanto, o pedido não foi respeitado e a instabilidade da região foi crescendo ao longo da década de 1990 e no início dos anos 2000. As CSOs são fundamentais para a transição democrática e para o desenvolvimento da democracia liberal, uma vez que têm em conta os interesses públicos apoiando a população e exercem influência sobre as instituições governamentais.⁴² Caso isso não aconteça, corre-se o risco de criar uma democracia que falhe na proteção e no respeito dos direitos dos cidadãos.⁴³

Na Tunísia houve sempre muita pressão por parte do governo para controlar as CSOs⁴⁴: *“rather than repress CSOs entirely (...), authoritarian regimes, like that of Zine El Abidine Ben Ali’s in Tunisia, instituted selective liberalization and a corporatist or state-monopolized civil society framework”* (Deane, 2013, pp. 9). Esta situação resultou numa grande disparidade entre as CSOs existentes na capital, Tunis, e no restante território, uma vez que é na zona costeira e no interior onde se sente uma maior falta de participação social e cívica e, conseqüentemente, uma maior ausência de organizações e associações de apoio à sociedade civil (Deane, 2013). É, então, necessário compreender três características das CSOs tunisinas apontadas por Deane: a) *“relatively cohesive, tolerant make-up of Tunisian society”*; b) *“a society free from ethnically driven conflict”*; e ainda c) *“historically, economic cleavages proved the most pervasive cause of social conflict in Tunisia leading to the revolution”* (Deane, 2013, pp. 8).

“The role Tunisian civil society played in mobilizing opposition to a regime institutionalized over 55 years is particularly important to academics’, regime-change theorists’,

⁴¹ O Processo de Barcelona é a designação adotada para a Política Euro-Mediterrânica da UE desde 1995 até à entrada em vigor da Política Europeia de Vizinhança.

⁴² *“Active civil societies are integrated to the production and maintenance of strong political institutions, which are a key element of democratic transitions. (...) These institutions (...) can prevent conflict, address fragility, rebuild trust, and reconnect the citizen-state-society relationship in a transitional period supporting political settlements and reducing the potential for renewed conflict. Such institutions serve to prevent the tyranny of the majority [John Adams’ theory] that can exist even with a strong civil society by fostering civility, legally mandating tolerance and adherence to the rules of the game, while also defending civil liberties (the guarantee of the individual’s most basic freedoms) regardless of political persuasion”* (Baker, 2015, pp. 14-15).

⁴³ *“Democracy, and especially liberal democracy, requires multiple avenues for ‘the people’ to express their interests and preferences, to influence policy, and to scrutinize and check the exercise of state power”* (Diamond, 1997, pp. 3).

⁴⁴ A primeira regulamentação tunisina sobre CSOs data de 1888, onde se encorajava o povo a uma maior participação cívica através da criação de partidos políticos e organizações da sociedade civil. No entanto, durante o regime de Ben Ali, qualquer partido político não podia basear-se em religião, língua, raça ou sexo, sob pena de prisão.

policy-makers' and activists' understanding of causes and consequences of the Arab uprisings" (Deane, 2013, pp. 7). Deane acaba por também referir que, apesar do descontentamento e da desilusão dos tunisinos, o povo teve uma revolução e uma transição democrática pacífica. Este sucesso é explicado por uma conjugação de vários fatores: a capacidade de mobilização coletiva da sociedade civil e a união em torno de um objetivo comum (o afastamento do Presidente Ben Ali e dos seus aliados); uma rede de associação desenvolvida; a determinação da população tunisina; o espírito de solidariedade apontado por L. Anderson e a capacidade de tolerância do povo ("*The Twin Tolerations*") descrita por A. Stephan (Anderson, 2011; Stephan, 2012).

O termo espírito de solidariedade surgiu depois da forte união do povo tunisino contra a corrupção, a desigualdade e o abuso de poder patentes no governo de Ben Ali. Este sentimento dependia da cooperação e coordenação entre organizações, ativistas, sindicatos, associações e os restantes populares durante o período de transição democrática e do envolvimento político público durante a transição democrática (o povo tunisino exigia transparência e fazia questão de ter uma palavra a dizer sobre as negociações para a nova constituição) (Gluck & Brandt, 2012).⁴⁵ ⁴⁶ O conceito *Twin Tolerations* representa a maior dualidade no território da Tunísia, religião *versus* Estado: "*the toleration of the religious citizens towards the state, and the toleration of state officials and state law to permit religious citizens to freely express their views and values within civil society and in politics, as long as other citizens' constitutional rights and the law are respected*" (Deane, 2013, pp. 21).

Ainda que nem todas as pessoas acreditem numa democracia estável e duradoura na Tunísia, quando comparamos as características das CSOs às características sociais do país, percebe-se o porquê de não só ser um caso de sucesso na transição para a democracia como também de poder vir a concretizar-se como a primeira democracia da região com raízes na Primavera Árabe: a) uma classe média instruída e educada; b) tolerância étnica e religiosa; c) sector privado forte e dinâmico; d) associações e organizações com base em valores cívicos. Um exemplo da força e mobilização da sociedade civil tunisina é o facto de, em outubro de 2011, pouco mais de nove meses após a queda do governo de Ben Ali, estarem registados mais de cem partidos políticos e dezenas de listas independentes, que concorriam às primeiras eleições após mais de cinco décadas de ditadura (Pickard, 2011).

A Tunísia foi o primeiro país da região a adotar uma declaração de direitos (1857) e uma constituição (1861), ainda durante a ocupação francesa, e o primeiro país de maioria muçulmana a abolir a escravatura (1846). Foi ainda "*the first state in the region to begin*

⁴⁵ O período de transição democrática aqui descrito deverá ser considerado entre 14 de janeiro de 2011 (data em que Ben Ali abdicou do poder) e 26 de janeiro de 2014 (data em que foi adotada a nova Constituição).

⁴⁶ "*Public engagement in the constitution drafting project was vital to its success*" (Baker, 2015, pp. 42).

augmenting the political and socio-economic institutions of an authoritarian state. The first to exile a leader and dissolve a ruling party [RCD⁴⁷], (...) the first to begin a process of changing authoritarian structures instituted over the past 55 years” (Deane, 2013, pp. 10).

Desde que foi fundada, em 1946, a organização da sociedade civil com mais influência e poder na Tunísia é a UGTT⁴⁸, não só por ter o maior número de membros (mais de meio milhão), assim como pelo seu trabalho na mobilização das massas durante períodos de revolta (por exemplo, durante a revolta dos pães em 1984; os protestos da mina de Ghafsa em 2008; e a liderança da UGTT nos protestos contra Ben Ali, em dezembro de 2010). A sociedade civil na Tunísia é uma das mais fortes e consistentes da região do Magrebe. A sua força não se mede pelo número de associações ou organizações existentes, mas sim pelo trabalho desempenhado e pelos progressos feitos, tendo sempre como foco um objetivo comum.⁴⁹ No caso de ditaduras, a organização da sociedade civil em prol de uma revolta pode resultar em desorganização, violência e confusão caso o objetivo não esteja definido e o plano de ação bem delineado. Já no processo de transição democrática, as CSOs podem tornar-se na única oportunidade de uma ação efetiva.⁵⁰

É necessário compreender também a importância da participação de outras CSOs tunisinas, como a Association Tunisienne des Femmes Démocrates (ATFD), a Ordre National des Avocats de Tunisie (ONAT), a Ligue Tunisienne des Droits de l’Homme (LTDH) e o Syndicat National des Journalistes Tunisiens (SNJT). A sua influência nos seus membros possibilitou a mobilização da revolução para lá de Tunis, implicando não só a classe média como também académicos e intelectuais, fazendo eco na comunidade internacional.

Organizações como a ATFD apoiaram a revolução em 2011, instigando a mobilização dos seus membros um pouco por todo o país de forma a consolidar o objetivo principal do movimento: a deposição do Presidente Ben Ali e a implementação da democracia. Também o Ennahda, partido político islâmico que ganhou as primeiras eleições após a queda de Ben Ali, teve um papel preponderante durante a revolução. O Ennahda foi, desde a sua fundação (1981) até 2011, um movimento político e religioso, perseguido e reprimido pelo ex-Presidente

⁴⁷ Rassemblement Constitutionnel Démocratique.

⁴⁸ A UGTT foi um mediador chave no processo de transição democrática, um desbloqueador do poder, o único organismo do país capaz de resolver disputas de forma pacífica.

⁴⁹ *“This has been especially true in the Middle East, where scholars have identified some countries as having a strong civil society simply by counting the number of associations per capita, while failing to realize that many of those groups pursue uncivil aims, and therefore should not be considered elements of civil society” (Baker, 2015, pp.12).*

⁵⁰ Samuel Huntington (1991) refere que as massas são o elemento principal para o sucesso das transições democráticas da 3ª vaga de democratização e que as organizações da sociedade civil criam abertura ao diálogo e à negociação numa etapa repleta de desafios.

tunisino. Por receio que a revolução não tivesse sucesso e por desconfiança da população face às suas intenções islâmicas, o Ennahda entrou em cena apenas em janeiro de 2011.⁵¹

Um ano após a queda do regime de Ben Ali, o espectro político tunisino encontrava-se confuso, instável e em constante alteração, dada a fragmentação da opinião pública e várias coligações que se formavam frequentemente e o número de novos partidos que surgiu antes e depois das eleições de outubro de 2011 para a ANC (Ottaway, 2012). Ao centro, e como coligação de oposição ao governo, destacavam-se o Parti Démocrate Progressiste (PDP, centrista, liderado por Ahmed Najib Chebbi, com 16 lugares na ANC), o Afek Tounes (de Mustapha Mezghani, com quatro assentos parlamentares e representante da classe económica) e o Parti Républicain (de Abdelaziz Belkhodja, secular e economicamente liberal). Relativamente a uma coligação alternativa de centro-esquerda, Marina Ottaway apresenta o Pôle Démocratique Moderniste (PDM de Riadh Ben Fadl e Mustapha Ben Ahmed, com 5 lugares na ANC) e o Ettajdid (de Ahmed Ibrahim que em 2011 concorreu como PDM). A autora aponta ainda vários partidos sem coligação: o Courant de l'amour (de Mohamed Hamdi, único partido independente com assentos significativos na ANC – 26 – e fazia campanha com uma mensagem semi-islâmica e apregoando às classes mais desfavorecidas do interior), o Union Patriotique Libre (com 6 lugares, secular e economicamente liberal, liderado por Slim Riahi), o Mouvement du Peuple (com 2 assentos parlamentares, fundado pelo falecido Mohamed Brahimi, com uma vertente socialista e nacionalista pan-árabe), o Mouvement des Démocrates Socialistes (MDS, de Mohammed al-Mouadda e com 2 assentos), o Initiative Nationale Destourienne (conhecido vulgarmente como Initiative, com 5 lugares na ANC, liderado por Kamel Mourjane e com antigos membros do RCD na sua composição) e o Parti des Travailleurs (encabeçado por Hama Hammami, com 3 assentos mas considerado como antiquado) (Ottaway, 2012).

A Revolução de Jasmim, e em especial as eleições para a ANC trouxeram novos partidos políticos à Tunísia, como foi o caso do Mouvement Wafa (fundado em 2012 pelo antigo secretário-geral do CRP, Abderraouf Ayadi, e pelo jornalista Slim Boukhdhir, contando já com 12 lugares na ANC, uma vez que vários membros do CPR decidiram ingressar neste novo partido) e o Al-Islah (fundado pelo Dr. Muhammed Khoja, em maio de 2012, de feição salafista, que pretende implementar a lei da Sharia no país). Também em 2012 mas mais tarde, surgiu o Nidaa Tounes, social-democrata e secular, de Beji Caid Essebsi, que acabou por ser o grande vencedor das eleições legislativas e presidenciais de 2014 (Ottaway, 2012).

Face à desigualdade de género no país, nenhuma organização ou movimento de direitos das mulheres se registou como partido para concorrer às eleições de 2011 ou 2014.

⁵¹ O seu fundador e líder partidário, Rached Ghannouchi foi preso duas vezes durante a presidência de Ben Ali. Após a sua libertação, em 1988, acabou por se exilar em Londres. Voltou para a Tunísia a 30 de janeiro de 2011.

O trabalho para a promoção da igualdade de género continuou a ser feito diariamente, a nível local e com maior incidência por parte da ATFD e da Association des Femmes Tunisiennes pour la Recherche sur le Développement (AFTURD) (Baker, 2015).

6. A ANC E A NOVA CONSTITUIÇÃO

“Tunisia is a free, independent, sovereign state; its religion is Islam, its language Arabic, and its system is republican.”⁵²

Alguns teóricos e académicos culpam o Islão e a cultura árabe pela falta de democracia no MONA, o que levou à exclusão da região do grupo de países capazes de ter uma sociedade civil forte, organizada e significativa (Fukuyama, 2014). No entanto, a Primavera Árabe veio alterar a perspetiva ocidental sobre este assunto: a CSO pode (e deve) instigar à mudança em governos de longa duração, uma vez que se foca nos valores cívicos, tem conhecimento dos processos democráticos e se preocupa com as aspirações e os desejos das pessoas.⁵³ No caso da Tunísia, sempre existiu uma sociedade civil dinâmica, apesar de limitada durante os períodos ditatoriais de Bourguiba (que aplicou inúmeras políticas restritivas) e de Ben Ali (que usou a violência e a repressão com arma de controlo das massas), tendo entrado numa era de liberdade a partir da Revolução de Jasmim: *“Tunisian civil society has found creative ways to not only survive, but press for change through activism and social movements”* (Baker, 2015, pp. 24).

O período pós-revolução era promissor quanto às alterações políticas e socioculturais que se esperavam da Tunísia. No entanto, a governação por parte do partido moderado islâmico Ennahda que muitas vezes travou (ou atrasou) avanços mais liberais por parte de deputados seculares, a crise económica do país e o terrorismo regional que afetou o turismo, trouxeram pouco mais do que uma nova constituição progressista já em 2014. Após as eleições de 2011, da tomada de posse do Ennahda e da euforia da Revolução de Jasmim, a transição tornou-se estática o que levou a uma nova agitação, desta vez por parte da população, exigindo ao partido islâmico aquilo que tinha sido prometido nas campanhas eleitorais.

A constituição aprovada em 2014 foi um produto do estabelecimento de relações pelo bem da Tunísia entre a sociedade civil, as ONGs e a ANC. Esta promove o equilíbrio no sistema político interno, neutralizando o papel das forças armadas, empenhando-se no desenvolvimento da igualdade de género, da liberdade de expressão, de religião, de imprensa e não se baseando na lei da Sharia (Daniele, 2014). Na época pós-Ben Ali era necessário alterar a estrutura e partido único e adaptá-la ao pluripartidarismo, tarefa que coube aos partidos que já operavam na esfera política. Ainda em janeiro de 2011, Fouad Mebazaa, ex-presidente do parlamento, foi designado como presidente da república interino, decisão que

⁵² Constituição da República da Tunísia, 2014, Artigo 1º.

⁵³ *“Measuring civil society in the Middle East requires a broader, more dynamic lens of analysis due to the region’s unique history of authoritarianism and repression”* (Baker, 2015, pp. 20).

a população não apoiou, levando ao aumento da tensão que se vivia nas ruas. A maioria dos ministérios e instituições governamentais ainda era controlada por indivíduos da confiança de Ben Ali ou que pertenciam ao seu partido.

De forma a agilizar esse processo, foi criada, em março de 2011, uma Alta Autoridade⁵⁴ para a realização dos objetivos da revolução, para a reforma política e para a transição democrática, que tinha como objetivo orientar e governar a Tunísia no período imediatamente após a queda do governo de Ben Ali e preparar as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, que se realizariam a 23 de outubro de 2011. O Presidente da Alta Autoridade, Yadh Ben Achour, secular e advogado especialista em direito público e na teoria política islâmica, foi nomeado pelo ainda primeiro-ministro Mohamed Ghannouchi⁵⁵ e tinha como funções manter a transição democrática em curso, organizar o processo de *decision-making* e estabelecer as bases para a escrita de uma nova constituição. Assumindo a definição de Ellen Lust, esta autoridade juntava grupos da CSOs, profissionais e especialistas em política e economia e representantes de uniões, que serviram a Tunísia enquanto parlamento interino e transitório (Lust, 2014, pp. 790).

A 7 de março de 2011, pouco tempo depois da entrada em cena de Beji Caid Essebsi⁵⁶, representante do partido político laico Nidaa Tounes e primeiro-ministro interino da Tunísia, é dissolvida a força policial secreta, um dos instrumentos de Ben Ali para suprimir manifestações e controlar e prender os seus opositores.⁵⁷ Esta decisão do governo interino foi vista como o primeiro movimento pró-democracia depois da ditadura.

As eleições para a ANC deveriam respeitar as seguintes indicações: eleições diretas dos membros; listas fechadas; utilização do sistema de representação proporcional; alternância entre sexos nas listas dos candidatos; proibição de candidatura de membros do RCD ou de postos do anterior governo de Ben Ali (Baker, 2015). As eleições de outubro de 2011, que tiveram uma afluência de cerca de 70%, deram a vitória ao partido islâmico Ennahda⁵⁸ com 37,04% dos votos (o equivalente a 89 assentos parlamentares). Dado que era

⁵⁴ *Higher Authority for the Realization of the Objectives of the Revolution, Political Reform and the Democratic Transition* em inglês.

⁵⁵ Ghannouchi manteve-se em funções até 27 de fevereiro de 2011, demitindo-se sob pressão popular.

⁵⁶ Essebsi esteve em funções como Primeiro-Ministro provisório até finais de 2011.

⁵⁷ Essebsi foi nomeado para o cargo pelo anterior primeiro-ministro Mohamed Ghannouchi.

⁵⁸ O Ennahda surgiu em 1981 e começou por ser um movimento de tendência radical islâmica, inspirado na Irmandade Muçulmana do Egito e na Revolução Islâmica do Irão de 1979. Depois de anos a ser violentamente perseguido pelo governo do Presidente Zine El Abidine Ben Ali, o Ennahda foi legalizado em 2011, imediatamente após a Revolução de Jasmim em janeiro desse ano e venceu as primeiras eleições livres do país com 37% dos votos (o equivalente a mais de um milhão e meio de eleitores, 89 assentos parlamentares, dos quais 42 eram mulheres), acabando por formar governo com dois partidos seculares, o *Congrès pour la République* e o *Ettakatol*. A partir de 2011, o partido adotou uma postura moderada, retificando o seu programa e autodenominando-se como um partido islâmico democrata, mas conservador, defendendo uma economia de mercado e o liberalismo económico seguindo os

necessário obter a maioria absoluta, o Ennahda acabou por ter de formar governo com dois outros partidos: o *Congrès pour la République* (CPR), que ganhou 29 assentos parlamentares (8,71% dos votos) e o *Ettakatol* com 20 assentos (7,03%). Tinham como objetivo eleger o corpo político da ANC, com 217 assentos parlamentares. Mustapha Ben Jafar, do partido político *Ettakatol*, foi o seu presidente, tendo a seu lado os vice-presidentes Meherzia Labidi (Ennahda) e Larbi Abid (CPR). Os três foram eleitos pelo parlamento e exerceram estas funções entre novembro de 2011 e dezembro de 2014.⁵⁹

Foi também Alta Autoridade que auxiliou a Assembleia Nacional Constituinte. Criada em novembro de 2011, após os resultados das eleições de outubro, deveria ter uma duração de um ano, com o objetivo de escrever a nova constituição e dissolver o partido⁶⁰ de Ben Ali.⁶¹ Assim sendo, em dezembro de 2011, o parlamento decidiu adotar uma constituição provisória, de forma a distanciar-se da anterior. Após a votação no parlamento, Moncef Marzouki⁶², ativista de direitos humanos e oponente do regime opressivo de Ben Ali que viveu durante várias décadas exilado em França, é eleito pela ANC presidente interino da Tunísia, cargo que desempenhou até finais de 2014.

A elaboração da nova constituição, que veio substituir a que estava em vigor desde 1959, foi feita por um grupo composto por indivíduos islamitas, liberais e de esquerda. Acabou por ser considerada uma das constituições mais progressistas do mundo árabe, um exemplo de compromisso entre islamitas e seculares que consagra a igualdade de género e a liberdade de religião. No entanto, a nova constituição veio também acentuar as divergências entre seculares e religiosos, dada a repressão que existiu entre 1987 e 2011 quando Ben Ali estava no poder. Estas clivagens trouxeram ao espectro político tunisino partidos salafistas⁶³, que exerciam pressão sobre o Ennahda de forma a enviesar o rumo da constituição ao implementar a lei da Sharia.

Esta tensão foi agravada com a deterioração da segurança desde 2012 até inícios de 2013. Os seculares acusaram o Ennahda de dar aprovação tácita a vários motins e episódios de violência por parte de grupos salafistas, afirmando ser o seu alvo preferencial.⁶⁴ Estas

modelos da Turquia e da Malásia. O Ennahda privilegia ainda de boas relações com o mundo ocidental (Marks, 2015).

⁵⁹ Para conhecer os resultados das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, ver tabela 10.1.1., página 43 dos *Anexos*.

⁶⁰ A dissolução oficial do *Constitutional Democratic Rally* deu-se no dia 6 de fevereiro de 2011.

⁶¹ A ANC acabou por ter uma duração de quase três anos, dada a dificuldade que houve em chegar a acordo quanto à orientação da nova constituição.

⁶² Marzouki regressou à Tunísia depois da Revolução de Jasmim e tinha o apoio de Rached Ghannouchi, líder do Ennahda.

⁶³ Membros do movimento salafista, caracterizado por ser uma vertente do islamismo sunita ortodoxa e ultraconservadora.

⁶⁴ Este acontecimento levou à demissão de vários membros do governo, uma vez que não queriam estar associados a assassinatos políticos.

acusações tornaram-se reais após a morte de um deputado de esquerda, Chokri Belaid, em fevereiro de 2013.

Dadas as circunstâncias, o primeiro-ministro Jebali apresenta a sua demissão em março de 2013, após o Ennahda rejeitar a sua proposta de criação de um grupo de trabalho tecnocrata para redução da tensão política. Em julho do mesmo ano, dá-se a morte de outro deputado da oposição (também de esquerda), Mohamed Brahmi. Este segundo assassinato ameaçou a continuidade do grupo de trabalho para a nova constituição e só em outubro os ânimos acalmaram, quando o Ennahda abdicou do poder para um governo interino. As negociações para a constituição foram retomadas no final de 2013, após as cedências feitas pelo Ennahda à oposição no que diz respeito à adoção do Islão na vida pública.

Não obstante, as divergências aqui apontadas dificultaram a escrita e aprovação da nova constituição. O papel da ANC foi fundamental durante a apresentação dos três primeiros rascunhos (o primeiro foi apresentado a 6 de agosto de 2012, o segundo a 14 de dezembro de 2012 e o terceiro a 22 de abril de 2013), dado o problema que existiu com a má interpretação e tradução do árabe para o francês/inglês do artigo 28º, onde se afirmava que a mulher era “complementar” ao homem.

O último rascunho, o quarto, foi apresentado a 1 de junho de 2013 e teve mais de vinte observações sujeitas a alteração, que deveriam ser controladas e elaboradas com o apoio do Quarteto para o Diálogo Nacional⁶⁵. O Quarteto da Paz, como viria a ser informalmente conhecido, foi criado no verão de 2013, e tinha como principais objetivos apoiar e coordenar a criação da nova constituição, implementar um governo tecnocrata e criar uma comissão de eleições independente.

Em agosto de 2013, o Quarteto preparou um plano para afastar o Ennahda do seu cargo na ANC, apontando como razões a estagnação económica e o aumento do extremismo religioso no país. Foram precisos dois meses de negociações à porta fechada até que o partido islâmico aceitar a proposta: abdicar do poder pelo bem da Tunísia ao invés de ser deposto. A UGTT organizou uma conferência de imprensa (“*Road Map*”) em outubro do mesmo ano para transmitir ao vivo a assinatura do acordo de afastamento por parte do Ennahda e dos restantes partidos da ANC.⁶⁶ O partido islâmico não foi informado das intenções do Quarteto da Paz pelo que se recusou a assinar o acordo no próprio dia. A recusa

⁶⁵ *Tunisian national Dialogue Quartet*, na sigla inglesa. Vencedor do Prémio Nobel da Paz em 2015 pelo seu trabalho como mediador entre as CSOs e a ANC no processo de transição democrática da Tunísia e elaboração da nova Constituição. É constituído pela UGTT, pela UTICA (*Union Tunisienne de l'Industrie, du Commerce et de l'Artisanat*), pela LTDH (*Ligue Tunisienne pour la Défense des Droits de l'Homme*) e pela ONAT (*Ordre National des Avocats de Tunisie*).

⁶⁶ A transmissão televisiva da assinatura do acordo por parte dos partidos da ANC tornava o afastamento do Ennahda uma realidade e demonstrava uma atitude de compromisso entre o governo e a população, cumprindo a transparência e justiça tão pedidas durante a Revolução de Jasmim.

levou a que fossem necessárias várias horas de negociações para que o Ennahda compreendesse a necessidade de se afastar de forma pacífica (Mahjar-Barducci, & Sosnow, 2013; Kerrou, 2014; The Guardian, 2015).

O trabalho desenvolvido por parte do Quarteto da Paz foi o fator decisivo para o sucesso do processo de escrita da nova constituição, uma vez que não pertenciam a um partido ou a uma orientação religiosa e que, tendo como membro integrante a UGTT, representavam os interesses do povo tunisino e conseguiam exercer pressão sobre o governo.

A 26 de janeiro de 2014, a ANC terminou e aprovou a nova constituição, com duzentos votos a favor, doze contra e quatro abstenções. Andrea Khalil refere que, apesar dos problemas na construção da nova constituição, notou-se uma mudança na abordagem política do país e uma maior preocupação em não cometer os erros anteriores (Khalil, 2014).

As eleições legislativas de outubro de 2014 deram a vitória ao partido *Nidaa Tounes*, dirigido por Beji Caid Essebsi, com 37,56% dos votos, o correspondente a 86 lugares no parlamento, enquanto o Ennahda desceu para segunda força partidária da Assembleia de Representantes do Povo, conseguindo apenas 69 assentos parlamentares (27,79% de votos).⁶⁷ O *Nidaa Tounes* reforçou a sua força no espectro político depois de Essebsi vencer as presidenciais à segunda, volta com 55,68% dos votos, contra o anterior presidente Moncef Marzouki (44,32%).⁶⁸ Para primeiro-ministro, Essebsi acabou por escolher Habib Essid, ex-ministro do Interior. Atualmente, o chefe de Estado mantém-se Beji Caid Essebsi e o chefe de Governo Youssef Chahed⁶⁹.

⁶⁷ Para conhecer os resultados das eleições legislativas de 2014, ver tabela 10.1.2., página 43 dos *Anexos*.

⁶⁸ Para conhecer os resultados das eleições presidenciais de 2014 (primeira e segunda voltas), ver tabelas 10.1.3. e 10.1.4., página 44 dos *Anexos*.

⁶⁹ Habib Essid cessou funções em agosto de 2016, depois de ter sido deposto como resultado de uma votação parlamentar interna a 30 de julho de 2016.

7. A ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL E POLÍTICO DAS MULHERES DEPOIS DA PRIMAVERA ÁRABE: A LEI DA FAMÍLIA, O PROCESSO REFORMISTA E A REPRESENTAÇÃO FEMININA NAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

“Rise up women for your rights to be enshrined in the constitution”⁷⁰

Depois da independência da França, em 1956, a Tunísia criou o Código de Estatuto Pessoal (CEP) em 1959, uma inovação política do Presidente Habib Bourguiba, num país árabe de maioria muçulmana, concedendo os mais diversos direitos às mulheres antes da existência de uma constituição, entre eles a abolição da poligamia, a proibição de casamentos sem o consentimento de ambas as partes, instituição de uma idade mínima para casar, o direito ao divórcio e à herança e a instituição do controlo gratuito da natalidade (Code du Statut Personnel, 1956).

O CEP tornava-se assim no símbolo máximo dos direitos das mulheres e representava a abertura da Tunísia aos valores considerados ocidentais, uma vez que o país foi o primeiro a implementar um instrumento político que protegia as mulheres.⁷¹ Durante a sua presidência, Bourguiba aprovou ainda o direito de voto e de candidatura a cargos profissionais (1957), instituiu a escolaridade⁷² obrigatória e igualitária e o acesso a métodos contraceptivos durante a década de 1960 e legalizou o aborto já nos anos 1970.⁷³

A década de 1980 foi um marco histórico na vida das mulheres tunisinas, com a fundação de dois dos maiores movimentos feministas do país: a Association Tunisienne des Femmes Démocrates (ATFD), em 1982, e que se focava maioritariamente na agenda política; e a Association des Femmes Tunisiennes pour la Recherche sur le Développement (AFTURD), em 1986, e que tinha uma perspetiva para a pesquisa orientada. Estes movimentos só se tornariam institucionais já depois da queda do regime de Bourguiba, em

⁷⁰ Um dos slogans usados nos cartazes que várias mulheres empunharam na manifestação de 13 de agosto de 2012, em Tunis, no dia a seguir à publicação do primeiro rascunho da constituição. A escolha da data foi simbólica, uma vez que se festejava o 56º aniversário da promulgação do CEP.

⁷¹ *“Women benefitted from this conception of citizenship in that they gained individual rights before the law and thus were less subordinated to the whims of husbands and kin”* (Charrad & Zarrugh, 2013).

⁷² Nos anos subsequentes a 1956, a Tunísia gastou um terço do seu orçamento na educação. Hoje em dia, as mulheres compõem mais de metade do corpo estudantil das universidades tunisinas e participam ativamente na sociedade e na política (Deane, 2013).

⁷³ Para conhecer as liberdades adquiridas pelas mulheres na Tunísia ao longo dos anos, ver tabela 10.2., página 45 dos Anexos.

1987. Já na década de 1990 foi necessário reformar o CEP no que diz respeito ao direito dos filhos em terem a cidadania da mãe.⁷⁴

As mulheres tunisinas foram sempre motivo de discórdia entre seculares e islamitas. Exemplo disso foi o debate acerca das mulheres no período pós-Ben Ali, que girava em torno do seu papel, tanto na esfera pública como na privada, e no acesso destas à educação. Durante as campanhas, eram inúmeras as promessas que se faziam na promoção dos direitos das mulheres, mas depois da ida às urnas, as promessas acabavam por não se cumprir.

Depois da Revolução de Jasmim, o ambiente na Tunísia era de confusão, medo e desencanto, o que originou alguns episódios de violência, assédio e intimidação contra as mulheres. Nesse sentido, surgiram várias organizações políticas e sociais, participantes ativos no processo de transição democrática que apelavam ao ativismo partidário por parte das mulheres na esperança de que a restante região do MONA seguisse a mesma linha de ação.

As mulheres foram cruciais durante a Revolução de Jasmim, organizando greves, *sit-ins*, marchas, demonstrações e protestos: “*women were empowered (...) because they had for years participated in social mobilization activities by their unions. Activities ‘to demand improved working conditions and to defend core labor rights of decent work have been characterized by a massive presence of women’*” (Saida Garrach, membro da ATFD, citada em Baker, 2015, pp. 39).

A 13 de agosto de 2012, a ANC apresenta o primeiro rascunho da futura constituição. Este foi o mote para o debate que se seguiu acerca da contrariedade que o artigo 28^{o75} trazia consigo: a discussão girava em torno do termo “complementar” (*yetekaamul* em árabe) quando se referia ao papel da mulher. Para G. Daniele, a forma como artigo estava escrito, “*means that women’s rights exist only in relation to men’s rights*” e que “*women would have lost their status of being full citizens*”, assegurado no artigo 21^o da nova constituição (Daniele, 2014, pp. 20).

Este ia contra a ideia de igualdade que o novo governo e a nova Tunísia queriam passar para a comunidade internacional. Com doze votos a favor (nove deles de membros do partido islâmico Ennahda) e oito contra, o artigo 28^o foi aprovado na ANC e a polémica passou para a esfera pública. Os ativistas preocuparam-se com o respeito pelos direitos das mulheres, com receio de que este fosse o primeiro passo para o retrocesso face às conquistas conseguidas com a implementação do CEP na Tunísia (Charrad & Zarrugh, 2014). Durante o

⁷⁴ Para conhecer as associações de mulheres de maior relevo na Tunísia, ver tabela 10.3., página 46 dos Anexos.

⁷⁵ “*The state shall guarantee the protection of the rights of women and shall support the gains thereof as true partners to men in the building of the nation and as having a role complementary thereto within the family. The state shall guarantee the provision of equal opportunities between men and women in the bearing of various responsibilities. The state shall guarantee the elimination of all forms of violence against women*” (Rascunho da Constituição da República da Tunísia, 2012, pp. 16).

debate na praça pública, o papel dos estudantes, principalmente aqueles que frequentavam a universidade, foi fulcral para que a população percebesse o que estava em causa, dado que organizaram conferências e sessões de esclarecimento, juntamente com ONGs, sobre o tema para que fosse clarificado o motivo de discórdia quanto ao artigo 28º. Já os grupos mais conservadores, como era o caso do Ennahda, preferiram afirmar que se tratava de uma falha na comunicação e uma má interpretação do árabe. Certo é que “complementar” e “igual” não são sinónimos um do outro.

No contexto da Tunísia, as CSOs têm dirigido o seu esforço no sentido de promover os direitos das mulheres juntos das instituições governamentais, baseando-se na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW na sigla inglesa) para isso. No entanto, o número de CSOs presente no país não é suficiente para o trabalho que é preciso desempenhar, faltando meios e recursos. Avaliando a situação e o contexto, é possível afirmar que o trabalho desenvolvido pelas associações de mulheres é muito bom, principalmente no que diz respeito à proteção e promoção dos direitos das mulheres, apesar de ser necessário desenvolver a participação política das mulheres. É necessário que as CSOs, em particular aquelas que promovem os direitos das mulheres, exerçam a sua influência junto das entidades competentes de forma a dar voz à políticas que pretendem adotar para promover a igualdade de género no país.

Por exemplo, as organizações ONAT e LTDH, que mais tarde viriam a formar o Quarteto da Paz juntamente com a UGTT e a SNJT, tentaram por diversas vezes demonstrar que o islamismo não é incompatível com o papel da mulher enquanto mãe, esposa e membro da sociedade.⁷⁶ Dada a influência destas organizações, a população tunisina começou a ter perceção de que o Ennahda poderia ser contra a libertação total da mulher e teria atitudes consideradas hipócritas (não esquecer as declarações proferidas pela deputada Souad Abderrahim, importante membro do partido islâmico, quando se referiu às mães solteiras como “*a desgraça da Tunísia*”, referindo ainda que estas não deveriam ter direito a existir, que as suas liberdades deveriam ser restringidas e que não há desculpas possíveis para aquelas que pecam).⁷⁷

Também a UGTT teve um desempenho fulcral no debate em torno do artigo 28º, usando todo o seu poder e influência política para reforçar junto da ANC a importância da igualdade de género, numa altura em que a Tunísia se tentava estabelecer enquanto futura democracia, afirmando que homens e mulheres eram iguais perante a lei e que a não consideração desse

⁷⁶ Este é um dos principais estereótipos existentes no MONA. As mulheres árabes são muitas vezes apelidadas de “*docile bodies*” (Bilgic, 2016, pp. 1).

⁷⁷ Exemplo da inatividade e falta de vontade do Ennahda em promover os direitos das mulheres remonta a agosto de 2011, quando a Tunísia se tornou no primeiro país do MONA a pedir o levantamento das reservas específicas aplicadas à CEDAW aquando da sua ratificação em 1985, mas o partido islâmico acabou por não o fazer.

facto afetaria toda a população. Para a UGTT, dar ferramentas e recursos às mulheres era um meio de assegurar o sucesso da transição democrática.⁷⁸ É nesse sentido que, em março de 2013, a união pediu à ANC que ativasse a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW⁷⁹ na sigla inglesa) de forma a eliminar a cláusula de *complementaridade* presente no artigo 28º.⁸⁰

O quarto e último rascunho da constituição, que viria a ser a versão final após pequenos ajustes feitos entre o grupo de trabalho da ANC e o Quarteto, acabou por retirar a cláusula referente à complementaridade da mulher face ao homem e retirou ainda qualquer referência à lei da Sharia. Inseriu-se um artigo referente aos direitos das mulheres, o artigo 46º, onde se pode ler que *“The state commits to protect women’s accrued rights and work to strengthen and develop those rights. The state guarantees the equality of opportunities between women and men to have access to all levels of responsibility in all domains. The state works to attain parity between women and men in elected Assemblies. The state shall take all necessary measures in order to eradicate violence against women”* (Constitute, 2014, Art. 46).

Existem ainda referências às questões de género em vários outros artigos da nova constituição, como é o caso do Preâmbulo e do artigo 21º (menção à igualdade de direitos e deveres entre todos os cidadãos, homens ou mulheres); do artigo 34º (garantia de que as mulheres serão representadas nos órgãos eleitos); do artigo 40º (refere que todos os cidadãos, homens ou mulheres, têm direito a trabalhar, a condições de trabalho adequadas e a um salário de acordo com a função desempenhada); e, por último, do artigo 74º (tanto homens como mulheres têm direito a candidatarem-se ao cargo de Presidente da República).

⁷⁸ Mounira Yacoub em entrevista a G. Daniele, em fevereiro de 2013: *“First of all, we need the liberation of human rights at every level (political, economic, social, cultural) and to teach it to all people, not only to women. On the other hand, political activism experienced by women has taken a central function in Tunisian society, even though as women we do not have key roles, power and equality with men yet”* (Daniele, 2014, pp. 22).,

⁷⁹ *Committee on the Elimination of Discrimination Against Women.*

⁸⁰ O termo *complementaridade* esteve presente no primeiro e segundo rascunhos da constituição.

8. CONCLUSÃO

“Para começar, gosto das mulheres. Acho que elas são mais fortes, mais sensíveis e que têm mais bom senso que os homens. Nem todas as mulheres do mundo são assim, mas digamos que é mais fácil encontrar qualidades humanas nelas do que no género masculino. Todos os poderes políticos, económicos, militares são assunto de homens. Durante séculos, a mulher teve de pedir autorização ao seu marido ou ao seu pai para fazer fosse o que fosse. Como é que podemos viver assim tanto tempo condenando metade da humanidade à subordinação e à humilhação?”⁸¹

Quando tomou a decisão de atear fogo ao seu próprio corpo numa rua de Sidi Bouzid, Mohamed Bouazizi não esperava acender a chama revolucionária da Tunísia, levando à queda do Presidente Zine El Abidine Ben Ali, a um processo de transição democrática demorado e ao culminar da escrita de uma nova constituição. A Tunísia dava assim os primeiros passos para a democracia, para a liberdade, para a justiça e para a igualdade.

A Revolução de Jasmim, nome dado ao período revolucionário compreendido entre 17 de dezembro de 2010 e 14 de janeiro de 2011, foi o protesto mais marcante da Primavera Árabe, uma vez que acabou por se estender a outros países nos meses seguintes. Estas revoltas populares traziam consigo alterações socioculturais e políticas: homens e mulheres, jovens e idosos, académicos e iletrados, todos juntos nas ruas para deitar por água décadas de ditadura, opressão e corrupção.

As mulheres foram dos grupos sociais que mais beneficiaram com as alterações adjacentes ao fenómeno aqui em estudo. Apesar das liberdades já adquiridas desde a presidência de Habib Bourguiba e das reformas aplicadas por Ben Ali, a Tunísia nunca foi considerada um país totalmente livre.⁸² Ainda existe insegurança, uma vez que as mulheres tunisinas afirmam não se sentir à vontade de andar na rua sozinhas, principalmente durante a noite (Daniele, 2014). É necessário continuar a promoção feita pelas associações, uniões e organizações, no sentido de proteger as mulheres, em particular o seu corpo.⁸³ A alteração do artigo 28º proposto nos rascunhos da constituição para o renovado artigo 46º trouxe uma pequena vitória para o sexo feminino, uma maior proteção dos seus direitos e deveres e uma esperança quanto ao seu futuro num país que começa agora a dar os primeiros passos para a democracia.

⁸¹ José Saramago, 2007.

⁸² Esse facto ocorreu apenas em maio de 2015 pela Freedom House.

⁸³ Amina, 19 anos, feminista tunisina, colocou uma foto nas redes sociais em topless com a seguinte frase escrita no corpo: *“My body is my own and not the source of anyone’s honor”*.

O país tem tudo para ser um caso de pleno sucesso na implementação de uma democracia estável e duradoura, apesar da atual instabilidade da região em que se insere: tem uma forte e concisa classe média; o seu sistema de educação é moderno e encontra-se bem estruturado; tem metas delineadas no que diz respeito aos direitos das mulheres; um exército que não se envolve na política nem é descrito como corrupto; e possui um grau de religiosidade comedido, uma vez que o seu movimento islâmico é moderado e progressista. Ainda referente à religião, apesar da sua maioria sunita e grande relevância do partido islâmico Ennahda, a Tunísia tem conseguido manter a lei da Sharia afastada da constituição, assim como o secularismo que a caracteriza. Ainda assim, não é possível afirmar que a Primavera Árabe foi um sucesso, nem no geral, nem em casos particulares como a Tunísia, isto porque pode haver uma regressão dos direitos e das conquistas adquiridas até ao presente (Fukuyama, 2014).

A adoção de uma constituição progressista, um exemplo para a região, é argumento consensual entre os académicos como tendo sido o principal fator para uma transição democrática pacífica. Assim como todo o processo de escrita da constituição, que envolveu várias elites políticas, a criação da Alta Autoridade e a imposição da sociedade civil através do Quarteto da Paz. Neste Quarteto destaco a importância da UGTT enquanto maior sindicato do país. De acordo com Bishara, a união terá pela frente vários desafios: equilibrar o seu papel político com o seu papel social, promover reformas internas de forma a combater a corrupção amenizar a desigualdade de género dentro da própria organização, enfrentar os novos sindicatos como concorrência, e encarar a vulnerabilidade proveniente das críticas feitas pelos partidos políticos (Bishara, 2014).

A Europa, em particular a União Europeia tem, desde há vários anos e através da sua Política Europeia de Vizinhança, desenvolvido vários esforços no sentido de ajudar financeiramente a Tunísia no seu desenvolvimento económico e apoiando alguns atores políticos durante a transição democrática. De referir ainda a relevância do papel desempenhado pela ANC. Durante todo o processo revolucionário e a transição democrática, a ANC desenvolveu o seu trabalho em prol do bem da Tunísia, focando-se no sucesso e no pacifismo da transição.

Durante o decorrer da pesquisa para a dissertação, foi visível que o CEP necessita de uma reforma para se manter em linha com as alterações feitas na escrita pela nova constituição. No entanto, considero que seria vantajoso inserir os direitos inerentes ao CEP na própria constituição tunisina, uma vez que, segundo o artigo 21º, "*all citizens, male and female, have equal rights and duties, and are equal before the law without any discrimination. The state guarantees freedoms and individual and collective rights to all citizens, and provides all citizens the conditions for a dignified life*" (Constitute, 2014, Art. 1).

O sistema social patriarcal ainda está demasiado enraizado e presente na sociedade para que a mudança para a democracia e o desenvolvimento dos direitos humanos seja feito de forma pacífica. A própria população ainda não saiu do estado revolucionário, uma vez que lhes é difícil aceitar que a ditadura terminou, que existe uma nova constituição, um novo governo e um novo chefe de Estado. No caso das mulheres, mesmo desafiando o patriarcado e permitindo-se a uma participação mais ativa na esfera pública, muitas não passam do discurso teórico à ação, o que faz com que o feminismo democrático não tenha expressão suficiente na Tunísia. É urgente demonstrar que as mulheres são importantes, não só no período revolucionário como também na transição democrática e que existe espaço para elas após a implementação da democracia. É preciso dar-lhes segurança e proteção para que se possam desenvolver em pleno, uma vez que a lei nem sempre é aplicada ou respeitada (como nos crimes de honra, em que é a própria família da vítima que faz justiça).

Também é necessário frisar que a posição geográfica da Tunísia é de extrema importância para a Europa, permitindo uma cooperação económica e um espírito de entreatajuda com os fenómenos migratórios e a segurança regional entre o velho continente e o Norte de África. O turismo, um dos pilares da economia da Tunísia (20% da população está dependente direta ou indiretamente e equivale a 7% do PIB do país), tem sido muito afetado após a Revolução de Jasmim: o número de turistas diminuiu de 7,5 milhões por ano para metade em 2011 (Trading Economics, 2016, site sem paginação). Em março de 2015, 21 pessoas, na sua maioria turistas, são mortos no *National Bardo Museum* por um apoiante do *Daesh* e, em junho do mesmo ano, um ataque a um complexo turístico em Sousse, também por apoiantes do *Daesh*, acaba com a morte de 39 pessoas. No entanto, em 2014, a Tunísia recebeu mais de 6 milhões de turistas.

As questões de género, em especial no Médio Oriente e no Norte de África, devem ser tratadas de forma a alertar para os problemas que existem nestas sociedades. Dada a fraca abertura ao exterior, os investigadores poderão contar com uma forte sociedade civil e uma grande rede académica disponível para contar a sua versão, para demonstrar factos e para pedir ajuda no desenvolvimento da (possivelmente) única democracia que surgiu da Primavera Árabe. Para futuras investigações, aconselha-se uma análise ao período imediatamente a seguir à implementação da nova constituição. A presente dissertação focou-se apenas no período entre 17 de dezembro de 2011 e 26 de janeiro de 2014, analisando o período revolucionário e a transição democrática até à implementação da nova constituição, pelo que não existem considerações a ser feitas sobre o seu sucesso ou insucesso. Recomenda-se ainda a elaboração de uma pesquisa sobre o desenvolvimento/promoção dos direitos das mulheres após a implementação da democracia e da nova constituição.

9. BIBLIOGRAFIA

- AICEP Portugal Global. Retirado a dia 27 de maio de 2015 de <http://www.portugalglobal.pt/PT/Paginas/Index.aspx>.
- Almond, G. & Verba, S. (1963). *The civic culture*. Princeton: Princeton University Press.
- Anderson, L. (2011). "Demystifying the Arab spring. *Foreign Affairs*, (90/3), 1-7.
- Arieff, A. (2011). Political transition in Tunisia. *Congressional Research Service*.
- Baker, V. (2015). *The role of civil society in the tunisian democratic transition*. (Undergraduated Honor Theses published). University of Colorado at Boulder, USA.
- Berman, S. (1997). Civil society and the collapse of the Weimar republic. *World Politics*, (49/3), 401-429.
- Bilgic, A. (2016). A gender view of the Arab spring uprisings. *Mediterranean Politics*, 1-6.
- Bishara, D. (2014). Labor movements in Tunisia and Egypt: Drivers vs. objects of change in transition from authoritarian rule. *German Institute for International and Security Affairs*. Berlin.
- Bloomberg. (2012). Arab Spring Unrest Sent 2011 Tourism Down 30% in Egypt, Tunisia. Retirado dia 8 de maio de 2016, de <http://www.bloomberg.com/news/articles/2012-03-06/arab-spring-unrest-sent-2011-tourism-down-30-in-egypt-tunisia>.
- Chambers, V., & Cummings, C. (2014). Building momentum: Women's empowerment in Tunisia. *Policy Brief*. Overseas Development Institute.
- Charrad, M. M. (2001). *States and Women's Rights: The Making of Postcolonial Tunisia, Algeria, and Morocco*. University of California Press: Berkeley.
- Charrad, M. M. (2007). Tunisia at the forefront of the Arab world: Two waves of gender legislation. *Washington and Lee Law Review* (64), 1513-1527.
- Charrad, M. M. (2012). Family law reforms in the Arab world: Tunisia and Morocco. *Good practices in family policy making: Family policy development, monitoring and implementation – Lessons Learnt*. Report for the United Nations, 1-12.
- Charrad, M. M., & Zarrugh, A. (2013). The Arab spring and women's rights in Tunisia. Retirado a dia 8 de maio de 2016 de <http://www.e-ir.info/2013/09/04/the-arab-spring-and-womens-rights-in-tunisia/>.
- Charrad, M. M., & Zarrugh, A. (2014). Equal or complementary? Women in the new tunisian constitution after the Arab spring. *The Journal of North African Studies*, (19/2), 230-243.
- Chekir, H. (1996). Women, the law, and the family in Tunisia. *Gender & Development*, (4/2), 43-46.

- Code du Statut Personnel (1956). Journal Officiel Tunisien. Retirado a 30 de abril de 2015, de http://www.e-justice.tn/fileadmin/fichiers_site_francais/codes_juridiques/Statut_personel_Fr.pdf.
- Constitute (2014). Tunisia's Constitution of 2014. Retirado a dia 20 de abril de 2016, de https://www.constituteproject.org/constitution/Tunisia_2014.pdf.
- Daniele, G. (2014). Tunisian women's activism after the January 14 revolution: Looking within and towards the other side of the Mediterranean. *Journal of International Women's Studies*, (15/2), 16-32.
- Deane, S. (2013). Transforming Tunisia: The role of civil society in Tunisia's transition. *International Alert*.
- Diamond, L. (1997). Civil society and the development of democracy. *Working Paper 1997/101*.
- Duverger, M. (1955). *The political role of women*. UNESCO.
- Fawcett, L. (Ed.) (2013). *International relations of the middle east* (3rd ed.). Oxford: Oxford University Press.
- Financial Times. (2012). Jobs crisis imperils Tunisia's revolution. Retirado a dia 8 de maio de 2016, de <https://www.ft.com/content/72e9d150-5337-11e1-950d-00144feabdc0>.
- Freedom House. Retirado a dia 3 de junho de 2015, de <https://freedomhouse.org/reports>.
- Fukuyama, F. (2014). *Political order and political decay: From the industrial revolution to the globalization of democracy*. New York: Farrar, Straus and Giroux.
- Gluck, J. & Brandt, M. (2012). *Participatory and inclusive constitution-making*. Washington: United States Institute of Peace.
- Grami A. (2008). Gender equality in Tunisia. *British Journal of Middle Eastern Studies*, (35/3), 349-361.
- Halliday, F. (2005). *The middle east in international relations: Power, politics and ideology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hashim, E. (2012). *Women's voices on the Arab spring*. Retirado a dia 3 de março de 2016, de <http://www.vitalvoices.org/blog/2012/01/womens-voices-arab-spring-eman-hashim>.
- Harrelson-Stephens, J. & Callaway, R. L. (2014). You say you want a revolution: The Arab Spring, norm diffusion, and the human rights regime. *Human Rights Review*, (15/4), 413-431.
- Heideman, K., Youssef, M., & Drumheller, W. (2014). MENA women: Opportunities and obstacles in 2014. *Wilson Center MENA Women's News Brief*.
- Heideman, K., Rostad, L., & Drumheller, W. (2014). Challenges to women's security in the MENA region. *Wilson Center MENA Women's News Brief*.
- Huntington, S. (1991). Democracy's third wave. *Journal of Democracy*, (2/2), 12-34.

- Hussein, S. & Manthorpe, J. (2007). Women from the middle east and north Africa in Europe: Understanding their marriage and family dynamics. *European Journal of Social Work*, (10/4), 465-480.
- International IDEA (2014). Tunisia: Draft of the Constitution 14 August 2012. Retirado a dia 8 de junho de 2016 de http://www.constitutionnet.org/files/draft_constitution-english.pdf.
- Inter-Parliamentary Union (2015). Women in national parliaments. Retirado a dia 30 de abril de 2016 de <http://www.ipu.org/wmn-e/world.htm>.
- Kerrou, M. (2014). Tunisia's historic step toward democracy. *Carnegie*. Washington: Carnegie.
- Khadar, A. (1996). Citada em *Association for Middle East Women's Studies*. Newsletter 10, (4), 2.
- Khalil, A. (2014). Tunisia's women: partners in revolution. *The Journal of North African Studies*, (19/2), 186-199.
- Landman, T. (2003). *Issues and methods in comparative politics*. London: Routledge.
- Lust, E. (2014). *The middle east* (13th ed.) Los Angeles: Sage/CQ Press.
- Mahjar-Barducci, A. & Sosnow, R. (2013). Political crisis in Tunisia. *Inquiry and Analysis Series Report No. 1035*. Washington: The Middle East Media Research Institute.
- Marks, M. (2015). Tunisia's Ennahda: Rethinking Islamism in the context of ISIS and the Egyptian coup. *Rethinking Political Islam Series*. Washington: Brookings Institution.
- Moghadam, V. M. (2014). Modernizing women and democratization after the Arab spring. *The Journal of North Africa Studies*, (19/2), 137-142.
- Nacional Democratic Institute. Final Report on the Tunisian National Constituent Assembly Elections – October 23, 2011. Retirado a dia 20 de dezembro de 2015, de https://www.ndi.org/files/tunisia-final-election-report-021712_v2.pdf.
- Norris, P. & Inglehart, R. (2003). *Rising tide: Gender equality and cultural change around the world*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ottaway, M. (2012). The Tunisian political spectrum: Still unbalanced. *Carnegie*. Washington: Carnegie.
- Parolin, G. P. (2015). Constitutions against revolutions: Political participation in north Africa. *British Journal of Middle Eastern Studies*, (42/1), 31-45.
- Pasquino, G. (2010). *Curso de ciência política*. (2^a ed.). Cascais: Príncipe Editora.
- Pickard, R. (2011). The current status of constitution making in Tunisia. *The Carnegie Endowment for International Peace*.
- Putnam, R. (2000). *Bowling alone: The collapse and revival of american community*. New York: Simon & Schuster.

- Salime, Z. (2011). *Between feminism and Islam: Human rights and sharia law in Morocco*. Minneapolis. University of Minnesota Press.
- Stephan, A. (2012). Tunisia's transition and the twin tolerations. *Journal of Democracy*, (23/2), 89-103.
- The Guardian (2015). The Tunisia quartet: how an impossible alliance saved the country from collapse. Retirado a dia 25 de janeiro de 2016, de <https://www.theguardian.com/world/2015/dec/08/tunisia-quartet-arab-spring-islamist-nobel-peace-prize>.
- Tchaïcha, J. D. & Arfaoui, K. (2012). Tunisian women in the twenty-first century: Past achievements and present uncertainties in the wake of the jasmine revolution. *The Journal of North African Studies*, (17/2), 215-238.
- The Carter Center. National Constituent Assembly Elections in Tunisia, October 23, 2011 – Final Report. Retirado a dia 20 de dezembro de 2015, https://www.cartercenter.org/resources/pdfs/news/peace_publications/election_reports/tunisia-final-Oct2011.pdf.
- The International Republican Institute. Election Observation Mission Final Report – Tunisia Constituent Assembly Elections, October 23, 2011. Retirado a dia 20 de dezembro de 2015, de http://www.iri.org/sites/default/files/fields/field_files_attached/resource/tunisias_2011_constituent_assembly_elections.pdf.
- The World Bank Group (2016). The World Bank. Retirado a dia 19 de junho de 2016, de <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/CSO/0,,contentMDK:20101499~menuPK:244752~pagePK:220503~piPK:220476~theSitePK:228717,00.html>.
- Trading Economics (2016). Tunisia – Economic Indicators. Retirado a dia 25 de julho de 2016, de <http://www.tradingeconomics.com/tunisia/indicators>.
- Unicef (2011). Tunisia – MENA Gender Equality Profile: Status of girls and women in the Middle East and North Africa. Retirado a dia 26 de julho de 2016, de <http://www.unicef.org/gender/files/Tunisia-Gender-Eqaulity-Profile-2011.pdf>.
- United Nations (2010). Tunisia – World Population Ageing 1950-2050. Retirado a dia 26 de julho de 2016, de <http://www.un.org/esa/population/publications/worldageing19502050/pdf/199tunis.pdf>.
- United Nations Development Programme (2015). Human Development Report 2015. Retirado a dia 25 de julho de 2016, de http://hdr.undp.org/sites/default/files/2015_human_development_report.pdf.

- USAID (2016). Election Guide: Democracy Assistance & Elections News. <http://www.electionguide.org/elections/?inst=&cont=Tunisia&yr=> (dados sobre todas as eleições realizadas na Tunísia desde 1999).

10. ANEXOS

10.1. Eleições

Tabela 10.1.1 - Eleições para a Assembleia Nacional Constituinte da Tunísia, 23 de outubro de 2011 (IFES - International Foundation for Electoral Systems)

PARTIDOS	VOTOS (%)	Nº DE ASSENTOS PARLAMENTARES	ASSENTOS PARLAMENTARES (%)
Mouvement Ennahda	37,04	89	41,01
Congrès pour la République (CPR)	8,71	29	13,36
Courant de l'Amour Ettakatol	6,74	26	11,98
Parti Démocrate Progressiste (PDP)	7,03	20	9,22
Parti Démocrate Progressiste (PDP)	3,94	16	7,37
Initiative Nationale Destourienne (Al-Moubadara)	3,19	5	2,31
Pôle Démocratique Moderniste (PDM)	2,79	5	2,31
Afek Tounes	1,89	4	1,84
Parti des Travailleurs	1,57	3	1,38
Outros	27,10	20	9,22

Tabela 10.1.2 - Eleições Legislativas da Tunísia, 26 de outubro de 2014 (IFES - International Foundation for Electoral Systems)

PARTIDOS	VOTOS (%)	Nº DE ASSENTOS PARLAMENTARES	ASSENTOS PARLAMENTARES (%)
Nidaa Tounes	37,56	86	39,63
Mouvement Ennahda	27,79	69	31,79
Union Patriotique Libre	4,13	16	7,37
Front Populaire pour la Réalisation des Objectifs de la Révolution	3,64	15	6,91
Afek Tounes	3,02	8	3,68
Congrès pour la République (CPR)	2,05	4	1,84

Tabela 10.1.1 - Primeira volta das Eleições Presidenciais da Tunísia, 23 de novembro de 2014 (IFES - International Foundation for Electoral Systems)

CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS (%)
Beji Caid Essebsi	Nidaa Tounes	39,46
Moncef Marzouki	Congrès pour la République (CPR)	33,43
Hamma Hammani	Front Populaire pour la Réalisation des Objectifs de la Révolution	7,82
Hechmi Hamdi	Courant de l'amour	5,75

Tabela 10.1.2 - Segunda volta das Eleições Presidenciais da Tunísia, 21 de dezembro de 2014 (IFES - International Foundation for Electoral Systems)

CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS (%)
Beji Caid Essebsi	Nidaa Tounes	55,68
Moncef Marzouki	Congrès pour la République (CPR)	44,32

Tabela 10.2 - Quadro-resumo das liberdades cívicas e políticas adquiridas pelas mulheres tunisinas elaborado ao longo da pesquisa para a presente dissertação.

TIPO DE LIBERDADE	PRESIDENTE À DATA	ANO
Primeira tentativa de desuso do véu islâmico		1929
Criação da primeira organização de mulheres	Colonialismo francês	1936
Primeira manifestação com a participação de mulheres		1938
Independência da Tunísia		1956
Adoção do Código de Estatuto Pessoal		1956
Proibição do casamento infantil/forçado		1956
Abolição da poligamia e da repudição		1956
Legalização da adoção		1958
Promulgação da Constituição		1959
Legalização do aborto	Habib Bourguiba	1965
Penalização do adultério		1968
Nomeação da primeira mulher juíza		1968
Nomeação da primeira mulher ministra		1983
Ratificação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) com reservas (Art. 9º (2); Art. 16º (c), (d), (f), (g), (h); Art. 29º (1))		1985
Criminalização da violação e do assédio sexual		1985
Revisão da Constituição		1993
Legalização da custódia para ambos os pais	Zine El Abidine Ben Ali	1993
Revisão do Código de Estatuto Pessoal		2007
Ratificação do Protocolo Opcional da CEDAW		2008
Remoção das reservas da CEDAW	Alta Autoridade (Governo de Unidade Nacional)	2011
Adoção da Lei da Paridade		2011
Promulgação da nova Constituição	Assembleia Nacional Constituinte	2014

Tabela 10.3 - Quadro-resumo das associações de mulheres mais relevantes na Tunísia elaborado ao longo da pesquisa para a presente dissertação.

ASSOCIAÇÃO/INSTITUIÇÃO
Association of Ennahda Women
Association of Tunisian Women
Association of Tunisian Women for Research on Development (AFTURD)
Center for Research, Documentation and Information on Women (CREDIF)
National Union of Tunisian Women (UNFT)
Tunisian Association of Democratic Women (ATFD)
Institut de Recherche sur le Maghreb Contemporain (IRMC)

11. CURRICULUM VITAE

INFORMAÇÃO PESSOAL

Ana Mónica Gomes Pereira Canário

📍 Rua de Damão, nº 13, 1º dto - Massamá, 2745-884 LISBOA (Portugal)

✉ Ana_Monica_Canario@iscte.pt

Sexo Feminino | Data de nascimento 16 mar 93 | Nacionalidade Portuguesa

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

jun 15–Presente

Cronista

Ideias e Opiniões

Escrita de crónicas, na sua maioria sobre Direitos Humanos.

fev 15–set 16

Assistente Comercial

ALD Automotive

Assistente Comercial na área de Remarketing (venda de automóveis usados).

Responsabilidades:

Gestão das vendas à consignação dos stands SecondDrive Alcoitão, SecondDrive Sintra e ACP - Automóvel Club Portugal.

Gestão das facturas das viaturas vendidas ou em stock nas leiloeiras BCA e Manheim.

Apoio administrativo (averbamento de viaturas, controlo de pagamentos, cobranças, facturação de viaturas).

Gestão de stock e das plataformas online de venda.

Recepção, fotografia e documentação das viaturas em parque.

Gestão de reclamações.

Atendimento telefónico.

set 15–set 15

Autora

Chiado Editora, Lisboa (Portugal)

Autora do romance "Vivo-te", publicado pela Chiado Editora.

Lançado no dia 5 de Setembro de 2015

dez 14–abr 15

Assistente de Investigação

Centro de Estudos Internacionais - ISCTE-IU, Lisboa (Portugal)

Projecto "As Relações Comerciais Portugal-América Latina (2009-2014)", uma parceria entre CEI-IUL e IPDAL

Investigador responsável: Doutora Ana Mónica Fonseca

Responsável pela recolha de dados macroeconómicos sobre os países da região da América Latina.

Encarregue de reunir e contactar com os embaixadores e as embaixadas de Cuba, Chile, Perú e Venezuela.

out 14–Presente

Membro

Núcleo de Estudos Internacionais - Instituto Universitário de Lisboa

Áreas de interesse: Médio Oriente e Norte de África; Segunda Guerra Mundial; Guerra Fria; refugiados; IDPs; direitos humanos, direitos das mulheres; direitos das crianças; feminismo; movimentos sociais; ONGs e OIGs; conflitos étnicos; conflitos religiosos; conflitos políticos.

Vendedora

- ago 14–jan 15 Decathlon Portugal, Alfragide (Portugal)
Vendedora na secção de Têxtil Fitness
- 1 jul 14–31 jul 14 **Estagiária**
Centro de Estudos Internacionais ISCTE-IUL, Lisboa (Portugal)
Organização de um Intensive Programme (IP) de duas semanas para alunos Erasmus de França e Itália sobre o tema "*Europe-Africa Relations - Border Crossings In and Out of Africa*".
Colaboração na Exposição "*Biblioteca no Largo - África do Sul*" pela Biblioteca Central de Estudos Africanos (BCEA).
- jan 11–abr 15 **Secretária/Administrativa**
Jacinto & Filhos LDA, Amadora (Portugal)
- Apoio administrativo e financeiro
- Controlo de stock
- Gestão de encomendas e entregas
- Atendimento ao cliente

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

- set 11–jul 14 **Licenciatura em Ciência Política**
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa (Portugal)
Especialização em Políticas Públicas
Compreensão geral da Ciência Política (CP) e conhecimento dos seus principais conceitos, teorias e métodos, e de alguns dos seus domínios especializados;
Aplicação desses conhecimentos e dessa compreensão, e competências para sustentar argumentos e resolver problemas nesta área;
Capacidade de recolher, selecionar e interpretar informação relevante, em particular na área da CP, que habilite a fundamentar (científica, social e eticamente) as soluções preconizadas e os juízos emitidos;
Comunicação de informação, ideias, problemas e soluções, tanto a especialistas como a outros públicos;
Desenvolvimento de competências que permitam continuar a aprendizagem ao longo da vida com elevado grau de autonomia;
Conhecimentos e competências que constituam uma base sólida para o prosseguimento mais aprofundado e especializado de estudos universitários na fileira CP.
▫ **Classificação final:** 13 valores
- set 13–mar 14 **Licenciatura em Ciência Política**
Freie Universität Berlin, Berlim (Alemanha)
Aluna do Programa Erasmus entre Setembro de 2013 e Março de 2014 em Freie Universität Berlin (Germany), na área de Political Science por Otto-Suhr-Institut für Politikwissenschaft - und Sozialwissenschaften.
- set 14–Presente **Mestrado em Estudos Internacionais**
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa (Portugal)
Especialização em Médio Oriente e Norte de África
DISSERTAÇÃO: Vénus Tunisina: O impacto da Primavera Árabe no estatuto social e político das mulheres na Tunísia - O Artigo 28º, a Lei da Família e o ativismo partidário
Orientador(a): Dra. Ana Mónica Fonseca
Co-Orientador(a): Dra. Ana Santos Pinto

- jul 16–jul 16 [The Middle East and North Africa Today: crises, mobilities and paths to the future](#)
ICS - Instituto de Ciências Sociais, Lisboa (Portugal)
- set 16–set 16 [Refugiados, direitos humanos e acolhimento: perspetivas nacionais e internacionais](#)
ISCTE - Instituto universitário de Lisboa, Lisboa (Portugal)
- set 16–Presente [Doutoramento em Ciência Política](#)
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa (Portugal)
Especialização em Relações Internacionais

COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Língua materna Português

Outras línguas

	COMPREENDER		FALAR		ESCREVER
	Compreensão oral	Leitura	Interação oral	Produção oral	
alemão	A1	A1	A1	A1	A1
inglês	B2	B2	B2	B2	B2

Níveis: A1 e A2: Utilizador básico - B1 e B2: Utilizador independente - C1 e C2: Utilizador avançado
[Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas](#)

- Competências de comunicação

 - Boa capacidade de comunicação adquirida através do contacto directo com o público, tanto em português como em inglês.
- Competências de organização

 - Boa capacidade de organização adquiridas enquanto assistente comercial responsável por uma frota de 200/300 carros.
 - Boa capacidade de gestão de deadline e timings adquiridas enquanto assistente comercial responsável pelas vendas de automóveis em leiloeiras e stands à consignação.

Competência digital

AUTOAVALIAÇÃO				
Processamento de informação	Comunicação	Criação de conteúdos	Segurança	Resolução de problemas
Utilizador independente	Utilizador independente	Utilizador independente	Utilizador independente	Utilizador básico

[Competências digitais - Grelha de auto-avaliação](#)